

PUCRS

ESCOLA DE NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO

PRISCILA KAISER MONTEIRO

**POLÍTICA FISCAL NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA
ENTRE AS CINCO MAIORES ECONOMIAS DA REGIÃO, DE 1999 A 2019**

Porto Alegre
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PRISCILA KAISER MONTEIRO

Política Fiscal na América Latina: Uma Análise comparativa entre as cinco maiores economias da região, de 1999 a 2019

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia, pelo Mestrado em Economia do Desenvolvimento da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Augusto Mussi Alvim

Coorientador: Prof. Dr. Sérgio Wulff Gobetti

Porto Alegre

2021

Ficha Catalográfica

M775p Monteiro, Priscila Kaiser

Política Fiscal na América Latina : Uma Análise comparativa entre as cinco maiores economias da região, de 1999 a 2019 / Priscila Kaiser Monteiro. – 2021.

77.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Augusto Mussi Alvim.

Co-orientadora: Profa. Dra. Sérgio Wulff Gobetti.

1. Política fiscal. 2. Dívida pública. 3. América Latina. 4. Crescimento econômico. 5. Estatísticas Fiscais. I. Alvim, Augusto Mussi. II. Gobetti, Sérgio Wulff. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

Priscila Kaiser Monteiro

Política Fiscal na América Latina: uma análise comparativa entre as cinco maiores economias da região, de 1999 a 2019

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia, pelo Mestrado em Economia do Desenvolvimento da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 30 de março de 2021, pela Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Augusto Mussi Alvim
Orientador e presidente da Sessão

Prof. Dr. Sérgio Wulff Gobetti
(coorientador)

Prof. Dr. Adalmir Antonio Marquetti

Prof. Dr. Alessandro Donadio Miebach

AGRADECIMENTOS

Os desdobramentos e a conclusão dessa dissertação não foram nada fáceis, em meio ao cenário de pandemia que nos encontramos, especialmente na data em que escrevo - pior momento que o nosso país vive desde o início da pandemia. Agradeço então ao apoio incondicional de meu namorado, Vinicius - que sempre esteve ao meu lado. Ao Prof. Sérgio Gobetti, que propiciou os ensinamentos e as oportunidades de aprendizados em finanças públicas. Também, ao Prof. Augusto Alvim, pelo apoio, paciência e acompanhamento durante todo o processo de elaboração da dissertação. E por fim, à minha prima/irmã, Carina Kaiser, que tem me incentivado e vem sendo um guia em todos os momentos, bons ou ruins, da minha vida acadêmica.

“The issue of the methodology used to compute structural fiscal balances may sound one of limited consequences but we know well where the devil rests.”

(COTTARELLI, Carlo, 2015)

RESUMO

MONTEIRO, P.K. **Política Fiscal na América Latina:** Uma Análise comparativa entre as cinco maiores economias da região, de 1999 a 2019. Dissertação – Mestrado em Economia do Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS, Porto Alegre, 2021.

O objetivo deste trabalho foi a criação de uma série comparável das principais estatísticas fiscais dos cinco maiores países da AL - Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México - no período de duas décadas: 1999 a 2019. A metodologia dos indicadores fiscais foi baseada no manual do GFSM, do FMI. Analisamos o comportamento da política fiscal em dois momentos distintos, pré-crise internacional de 2008 (1999-2008) e pós crise internacional de 2008 (2010-2019), levando em consideração as principais teorias relacionadas à política fiscal e crescimento econômico. Nossas principais conclusões foram que os países foram impactados de diferentes formas e intensidades, de acordo com suas trajetórias já pré-estabelecidas - influenciando em recuperações mais rápidas ou lentas. Contudo, o período pós-crise tem sido de grandes dificuldades - resultados fiscais ruins, baixo desempenho econômico e grandes necessidades de financiamento.

Palavras-chave: Política fiscal. Dívida pública. América Latina. Estatísticas fiscais. Crescimento Econômico.

ABSTRACT

MONTEIRO, P.K. **Fiscal Policy in Latin America**: A comparative analysis between the five largest economies in the region, from 1999 to 2019. Dissertation - Master in Development Economics from the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul - PUC-RS, Porto Alegre, 2021.

The objective of this work was to create a comparable series of the main fiscal statistics of the five largest countries in Latin America - Argentina, Brazil, Chile, Colombia and Mexico - in the period of two decades: 1999 to 2019. The methodology of the fiscal indicators was based on the IMF GFSM manual. We analyzed the behavior of fiscal policy at two different times, the pre-international crisis of 2008 (1999-2008) and the post-international crisis of 2008 (2010-2019), taking into account the main theories related to fiscal policy and economic growth. Our main conclusions were that countries were impacted in different ways and intensities, according to their pre-established trajectories - influencing faster or slower recoveries. However, the post-crisis period has been one of great difficulties - poor fiscal results and economic performance and great financing needs.

Keywords: Fiscal policy. Public debt. Latin America. Tax statistics. Economic growth.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 Taxa de crescimento do PIB total anual - Preços constantes
- Figura 2 Participação dos países do grupo em relação ao PIB total da AL – Valores em dólares
- Figura 3 Resultado Primário do Governo Central - Em % do PIB
- Figura 4 Dívida bruta do Setor Público não-financeiro - Em % do PIB
- Figura 5 Dívida Externa bruta do Governo Central - Em % do PIB
- Figura 6 Dívida Interna bruta do Governo Central - Em % do PIB
- Figura 7 Despesa total do Governo Central - Em % do PIB
- Figura 8 Pagamentos de Juros do Governo Central - Em % PIB
- Figura 9 Despesa Correntes Primária do Governo Central - Em % do PIB
- Figura 10 Crescimento médio da Despesa Primária do Governo Central - Em % do PIB, cinco países
- Figura 11 Despesa de Capital do Governo Central - Em % do PIB
- Figura 12 Crescimento médio da Receita total do Governo Central - Em % do PIB, cinco países
- Figura 13 Receita total do Governo Central - Em % do PIB
- Figura 14 Receita Tributária do Governo Central - Em % do PIB

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 Panorama histórico dos governos e Presidentes do período
- Tabela 2 Descrição das Variáveis e fonte de dados utilizada
- Tabela 3 Taxa média de crescimento anual do PIB - Preços constantes, por período
- Tabela 4 Média do Resultado Primário anual dos Governos Gerais - em % do PIB, por período
- Tabela 5 Média da Dívida pública total do Governo Central - Em % do PIB, por período

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	América Latina
PIB	Produto Interno Bruto
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CI	Conta Internacional do Governo
BC	Banco Central
EUA	Estados Unidos da América
EUROSTAT	Comissão Europeia
FMI	Fundo Monetário Internacional
GFSM	Government Finance Statistics Manual
ISIC	International Standard Industrial Classification of all Economic Activities
NCM	Novo Consenso Macroeconômico
OCDE	Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
SNC	Sistema de Contas Nacionais
COFOG	Despesas por Função do Governo Central
Dipres	Dirección de Presupuestos del Chile
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
DGPM	Ministerio de Hacienda y Crédito Público - Governo da Colômbia
ISIC	International Standard Industrial Classification of all Economic Activities
ARG	Argentina
BRA	Brasil
CHI	Chile
MEX	México
COL	Colômbia
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IVA	Imposto sobre o valor agregado
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 SOBRE A TEORIA ECONÔMICA	16
2.1 POLÍTICA FISCAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO	16
2.2. POLÍTICA FISCAL E CAPACIDADE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA	19
3 MÉTODOS PARA CÁLCULOS E ANÁLISES	24
3.1 METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS ESTATÍSTICAS FISCAIS E FONTE DOS DADOS	26
4. EVOLUÇÃO DA POLÍTICA FISCAL NA AMÉRICA LATINA	31
4.1 ECONOMIA POLÍTICA	32
5. OS PAÍSES EM NÚMEROS E ESTATÍSTICAS FISCAIS	35
5.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO	35
5.2 EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS	39
5.2.1 <i>Análise do Resultado Fiscal</i>	39
5.2.2 <i>Análise da Dívida Pública</i>	43
5.2.3 <i>Análise das Despesas Fiscais</i>	47
5.2.4 <i>Análise das Receitas Fiscais</i>	53
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	62
ANEXO A – METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS ESTATÍSTICAS FISCAIS	62

1 INTRODUÇÃO

A crise do *Subprime* de 2008 reabriu no seio do *mainstream* o debate sobre o papel da política fiscal na estabilização macroeconômica e no crescimento econômico de longo prazo. Depois de ter um papel central nos anos de ouro do keynesianismo, após a grande depressão de 1929, a política fiscal teve seu papel relegado a um segundo plano nos anos 80 e 90, quando se consolidou o Novo Consenso Macroeconômico (NCM) - que representou a convergência de várias correntes de pensamento econômico mais ortodoxas em torno de algumas proposições em comum. Entre elas, destacam-se a limitação máxima da discricionariedade da política fiscal, a priorização da política monetária com fins de estabilização macroeconômica e a perseguição de uma meta de inflação estável e baixa por meio do manuseio da taxa de juros, além da desregulamentação do mercado financeiro.

De forma bastante simples, pode-se dizer que o NCM converge para uma visão teórica que entende que as intervenções do estado na economia produzem distorções no curto ou no longo prazo e que, portanto, devem ser limitadas. No caso da política fiscal, ademais, pressupõe-se que ela seja ineficaz como instrumento anticíclico, especialmente no contexto de alto endividamento público e/ou de mercados de títulos públicos pouco desenvolvidos.

Esse consenso colapsou na última década, quando diversos expoentes da chamada ortodoxia econômica, especialmente os da linha novo-keynesiana, passaram a rever suas posições, postulando que a situação econômica excepcional da crise justificaria uma política fiscal ativa. Um exemplo desse movimento de autocrítica está explicitado em um importante artigo escrito em 2010 por Olivier Blanchard e outros economistas do FMI: “*What we thought we knew*” (O que nós pensávamos que sabíamos) e “*What we have learned from the crisis*” (o que nós aprendemos com a crise).

Nele, o ex-economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI) sustenta que uma meta de inflação estável é necessária, mas não suficiente e que o papel da política monetária fica muito limitado em recessões deflacionárias como as vividas pós-2008, o que colocaria um papel importante para a política fiscal como instrumento anticíclico. Por outro lado, muitos estudos recentes também passaram a questionar os resultados da literatura empírica dos anos 90 que deu sustentação à tese da chamada “austeridade expansionista”, que serviu de inspiração para boa parte dos planos de consolidação fiscal na Europa e na América Latina (AL), inclusive no pós-crise de 2008, como no caso do Brasil.

Além desse processo de revisão teórica no nível macroeconômico, a academia também tem se aberto para visões mais amplas sobre o papel da política fiscal, focada em seu efeito

sobre o bem-estar social, formação e capacitação de capital humano e desenvolvimento tecnológico, entre outros objetivos.

A necessidade de atenção a todas essas variáveis tem gerado novos questionamentos a respeito de como as economias mundiais devem lidar com as crises econômicas, e, principalmente, em relação às razões pelas quais alguns países lidam melhor do que outros com elas. Ou ainda, o que faz com que alguns países consigam superar ou mesmo passar por períodos econômicos difíceis mais facilmente do que outros.

O passo inicial para essa discussão é ir além dos números. Taxa de juros, inflação, dívida pública, capacidade de endividamento, desemprego ou crescimento econômico... As variáveis macroeconômicas são essenciais, contudo, não determinam sozinhas a formação da capacidade produtiva de um país ou mesmo uma sociedade como um todo. Os pressupostos dos modelos de equilíbrio de longo prazo (*steadystate*) deixam de incorporar uma parte econômica importante e complexa: as interações que promovem a inovação e a criatividade advém dos indivíduos, não do mercado. Portanto, é a partir dessas interações, que representam uma visão micro, que se constitui não apenas um equilíbrio estático, mas sim múltiplos equilíbrios dinâmicos.

Desta forma, é fundamental também o direcionamento para aspectos microeconômicos para que a política fiscal possa ser bem-sucedida, inter-relacionando-se com a eficiência do gasto público. Esse outro olhar visa fortalecer a base econômica, que muitas vezes advém das interações sociais, culturais e ambientais que fortalecem esse eixo – o qual também é econômico. Explorando essa outra forma de fazer política econômica, abre-se espaço para o desenvolvimento de novas teorias acerca da política fiscal.

Essencialmente, esse é um papel primordialmente atribuído ao Estado, que pode estimular a melhoria desse contexto através de políticas que criem e impulsionam uma identidade nacional, promovendo ambientes econômicos e sociais adequados. A “forma” como os recursos são empregados em educação, saúde ou meio ambiente, e não somente a “quantidade” desses recursos, desdobra-se para outros conhecimentos, que têm sido deixados de lado. O enfoque na taxa de crescimento econômico, ou mesmo na razão de endividamento do PIB, deixa de fora características importantes de um país, como o nível de distribuição de renda, de bem-estar dos indivíduos, ou ainda níveis educacionais e de saúde da população. É preciso conciliar outras dimensões que não dizem respeito apenas a visão macroeconômica, mas incluir a política fiscal dentro desse escopo, a partir de princípios microeconômicos, em que um crescimento econômico sustentável se faz também com investimentos em educação e saúde.

A finalidade da política fiscal passa então a ser a melhoria do sistema como um todo e não somente da percepção econômica. Para isso, entram as teorias que envolvem modelos sistêmicos, como o de resiliência econômica. Segundo Perrings (1998), o conceito de resiliência fornece uma perspectiva diferente da dinâmica econômica daquela adotada pelos economistas e um conjunto diferente de ideias sobre a maneira pela qual as interações com o ambiente econômico levam a mudanças no conjunto do sistema.

As questões de política fiscal não estão, necessariamente, em contradição com questões relacionadas à disciplina fiscal, mas sim com a forma como esses recursos são empregados. Uma nova política fiscal, voltada para a melhoria do país como um todo, que contribua para a saúde e educação, além de outras dimensões, pode ser um caminho bem-sucedido para o enfrentamento dos períodos de baixo crescimento econômico.

Assim, a presente pesquisa desta dissertação analisa a condução da política fiscal e sua relação com o crescimento econômico dentro das cinco maiores economias latino-americanas: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México; em um recorte temporal dos últimos vinte anos: de 1999 a 2019. A escolha do período justifica-se pelos grandes acontecimentos deste, como o *boom das commodities* e a crise financeira internacional de 2008. O estudo apresenta uma série de dados comparativos entre estes países, trazendo as principais estatísticas de finanças públicas com dados recentes.

Ao utilizar a política fiscal de um ponto de vista estratégico, busca-se como objetivo específico identificar a trajetória da política fiscal desses países antes e após a crise de 2008: analisando essas estatísticas fiscais dentro de seus principais acontecimentos econômicos/históricos/políticos, comparando resultado fiscal, receitas, despesas e dívida, além de taxas médias de crescimento das economias. O foco principal é então analisar as diferenças de trajetória da crise pós-2008 nos diferentes países, demonstrando as heterogeneidades em termos de recuperação econômica de cada um.

O trabalho presente foi dividido em cinco capítulos. Além dessa *Introdução*, o capítulo dois - *Sobre a teoria econômica* - discorre a respeito da literatura e do *trade-off* entre política fiscal e crescimento econômico. O capítulo três traz a metodologia e as fontes dos dados utilizados para o cálculo das estatísticas fiscais públicas. O capítulo 4 traz uma breve contextualização sobre a política fiscal na região durante o período e principais acontecimentos econômicos. No capítulo cinco trazemos a análise dos dados e, por fim, as principais conclusões foram apontadas nas *Considerações Finais*.

2 SOBRE A TEORIA ECONÔMICA

O capítulo faz uma síntese em torno das principais teorias econômicas acerca da relação entre política fiscal e desempenho econômico.

2.1 Política Fiscal e Crescimento Econômico

Apesar da discussão em torno da política fiscal ter iniciado ainda na década de 1930, foi a partir da década de 1980 que começaram a tomar forma estudos sobre as economias latino-americanas, explorando a política fiscal e superando as barreiras informacionais do subcontinente (GAVIN et al., 1996; BARRO, 1979). Anteriormente, as análises eram voltadas majoritariamente para a política monetária, ficando o estudo da política fiscal basicamente em torno dos déficits fiscais: seus efeitos monetários e de inflação.

Contudo, o aumento da recorrência de crises financeiras - México (1995), Ásia (1997), Rússia (1998), Argentina (2002) e a última delas, do *Subprime* (2008) - tem levado a mudanças estruturais e a grandes transformações nos países latino-americanos, principalmente no âmbito fiscal. Após o crescente nível de endividamento desses países, que levou à crise da dívida nos anos 1980, a maioria dos governos passou a adotar políticas baseadas em regras fiscais para reorientar a política econômica, seguindo a linha de pensamento do NCM. Nela, tanto a política monetária como a livre movimentação de capitais, convergem para atribuir à política fiscal um papel restrito, complementar e secundário.

Conforme Blanchard (1997) e Taylor (1997), o NCM seria um conjunto de proposições teóricas de grande aceitação entre diversos economistas e instituições do *mainstream* econômico, que surgiu ao longo da década de 90. Segundo essa abordagem, o orçamento do governo deveria se manter equilibrado ao longo do ciclo econômico. Mesmo admitindo-se a possibilidade de se incorrer em déficits temporários pela utilização de estabilizadores automáticos, o governo deveria se afastar de gastos discricionários e manter o equilíbrio fiscal (ARESTIS; SAWYER, 2008; BLANCHARD, DELL'ARICCIA; MAURO, 2010).

Uma característica comum a partir da década de 90 nos países da AL foi então a adoção da teoria do NCM, com a introdução de certas medidas. Entre elas está o aumento da transparência dos gastos públicos - através de uma combinação de metas orçamentárias e limite de gastos - contribuindo para a disciplina fiscal da região (ALAGIDEDE; TWENEBOAH, 2015). Durante esse período, vários países da AL implementaram reformas fiscais que

favoreceram a contenção de gastos públicos (SINGH, 2006) e o fortalecimento das estruturas tributárias (VLADKOVA-HOLLAR; ZET- TELMEYER, 2008).

Mais tarde, com a vinda da crise internacional de 2008, busca-se discutir algumas mudanças teóricas importantes em relação ao pensamento econômico. Essas mudanças vão convergindo, de certa forma, para uma linha teórica que interpreta a dinâmica capitalista sob outra perspectiva, em que o Estado desempenha um importante papel por meio de uma política fiscal ativa.

Essas modificações trouxeram à luz novamente o debate das relações entre política fiscal e crescimento econômico, que vem sendo um dos fatores principais na condução da política econômica. Ela fortaleceu o interesse dos governos, bancos centrais e da academia em compreender melhor qual seria o papel da política fiscal discricionária em estabilizar a economia. Uma importante constatação realizada por Blanchard (2012) é que a condução da política macroeconômica não pode ter apenas uma meta e um instrumento, mas sim tornar-se complexa e abarcar diversos objetivos simultaneamente. A coincidência entre a estabilidade da inflação e a estabilidade do hiato do produto, defendida nos modelos do NCM, mostrou-se uma acepção improvável.

Nessa direção, o efeito do endividamento e da política fiscal no crescimento econômico tem sido amplamente discutido – dividindo os economistas que apresentam posicionamentos distintos sobre qual o melhor direcionamento a ser seguido na condução da política fiscal. De um lado, alguns autores defendem que não há relação significativa entre o crescimento econômico e o aumento da dívida pública (GEMMELL; KNELLER; SANZ, 2011; NAWAZ; IDREES; KHAWAJA, 2019; DAY; YANG, 2011). De outro, há aqueles que defendem que o crescimento econômico pode ser afetado pelo tamanho da dívida (REINHART; ROGOFF, 2009). Dentro dessa percepção, Alesina e Ardagna (2012) afirmam que se o ajuste ocorrer pelo corte de gastos (ao invés de aumento das receitas) a queda da relação dívida/Produto Interno Bruto (PIB) teria um efeito mais prolongado e os efeitos sobre o PIB seriam mais benéficos (tanto evitando recessões quanto recuperando o crescimento econômico).

No debate acadêmico, é considerável a importância do impacto que um elevado nível de dívida pública teria sobre a taxa de crescimento do produto de um país. Reinhart e Rogoff (2010) afirmam existir um limiar para a dívida e sua relação com o crescimento econômico dos países (de cerca de 90% do PIB). Esse trabalho teve grande impacto no debate acadêmico e político, sendo utilizado como base científica para o corte de gastos públicos em diversos países no pós-crise de 2008.

Contudo, afirmando erros estatísticos graves, diversos autores contestaram o estudo de Reinhart e Rogoff (2009), como Irons (2010) e Herdon, Ash e Pollin (2013). Um dos principais estudos que adentrou nesta questão foi este último, que reproduziu o modelo de Reinhart e Rogoff (2009), mas não encontraram os mesmos resultados - expondo falhas e deficiências do estudo, até então, visto como referência no meio teórico. Os autores demonstraram também que as disparidades de crescimento não são estatisticamente significativas e que a conexão negativa observada perde força à medida que dados mais recentes são utilizados. Além de refutar a teoria do limiar da relação entre dívida e crescimento de 90%, eles observaram que entre 2009 e 2010 o crescimento médio para os países com dívida acima de 90% foi mais elevado que para os de dívida entre 60% e 90%. Os autores afirmam ainda que a relação entre crescimento e dívida pública deve ser analisada conforme a época e o país, e que a relação entre essas variáveis existe de forma oposta: quanto menor o crescimento maior a dívida. Ou seja, políticas econômicas não podem ser reproduzidas para todas as economias do mundo e deve-se levar em consideração as peculiaridades de cada nação.

Panizza e Presbitero (2014) também não encontraram evidências robustas de causalidade entre dívida e crescimento, embora constatem uma correlação negativa entre estas variáveis. Na visão desses autores, a relação causal entre dívida e crescimento seria bem mais complexa do que afirmavam Reinhart e Rogoff (2009). Assim como Herdon, Ash e Pollin (2013), os autores também afirmam que características peculiares de cada país influenciam os resultados deste paradoxo. Sugerem que os limiares de dívida anteriormente apontados não seriam robustos ao se levar em conta a heterogeneidade entre os países, além das diferentes periodicidades de dados e, ainda, que esta relação se tornaria constante em meio a diferentes níveis de dívida. Panizza e Presbitero (2014), usando dados do FMI, confirmam que episódios de crescimento ou endividamento estão relacionados às ocorrências históricas e que elas devem ser levadas em consideração em estudos sobre crescimento e dívida.

Minea e Parent (2012) argumentam que essa relação de causalidade é frágil e o limiar da dívida/PIB varia ao longo dos ciclos. Os autores concluíram que quanto maior a dívida, mais comprometida fica a taxa de crescimento. Evidências empíricas apresentadas por eles serviram de base para adoção de políticas fiscais severas de cortes de despesas públicas em diversos países, especialmente no referente a gastos sociais.

Dube (2013) buscou averiguar uma possível correlação existente entre o nível de dívida presente e o crescimento passado e crescimento futuro, contrastando os questionamentos: dívida alta provoca crescimento baixo ou crescimento baixo provoca dívida alta? A pesquisa defende que há evidências apontando para uma causalidade reversa: que o baixo crescimento

leva ao endividamento, e que não existe uma correlação estatisticamente significativa entre dívida elevada e crescimento do PIB: ou seja, um baixo crescimento econômico antecipa o aumento da dívida pública.

No confronto entre as pesquisas e seus resultados, observa-se que não há um posicionamento definitivo em relação a certo ou errado e que o impacto ocasionado pela dívida pública no crescimento de um país depende de muitas variáveis - devendo ser analisado com muito cuidado.

2.2. Política Fiscal e Capacidade Recuperação Econômica

A fragilidade econômica mundial, exposta pela última crise financeira, revela ainda mais a necessidade de aprofundamento da dinâmica fiscal e de suas implicações, olhando-se para outras especificidades e não apenas para os resultados fiscais. A política fiscal tem sido, desde a década de 1990, um pilar central do novo modelo de política implementado por governos latino-americanos (CORNIA, 2011). Para Martorano (2018), o equilíbrio orçamentário foi assumido como uma condição necessária para romper o viés pró-cíclico do passado e levar a política fiscal de volta ao seu papel “triplo”: impulsionar o desenvolvimento, estabilizar a economia e promover a equidade. Ainda, o autor afirma que, nos países em que foram implementadas reformas fiscais, políticas públicas e redução da dívida e o alto nível de reservas acumuladas, acabaram desfrutando de espaço político do que no passado (MARTORANO, 2018). Outros autores sustentam também que os países latino-americanos geralmente têm um desempenho muito melhor em termos de disciplina fiscal devido a melhores estruturas institucionais fiscais a partir dos anos 2000 (FILC; SCARTASCINI, 2007; ESLAVA, 2007).

Em particular, os governos da AL tiveram mais espaço fiscal, pois possuíam um orçamento maior durante os superávits ao longo do período de *boom das commodities* e foram capazes de lidar com a crise financeira de 2008 sem prejudicar gravemente suas condições fiscais - aparentemente. Contudo, a AL tem sofrido com a deterioração das finanças públicas nos últimos anos. Dados recentes mostram que as posições fiscais desses países pioraram novamente (CEPAL, 2018), e que o aumento do gasto público para conter os efeitos da crise de 2008 não foi totalmente revertido - oito anos após o seu início (CELASUN et al., 2015). As mudanças nos preços globais das *commodities* e o fraco crescimento econômico têm contribuído para a redução do espaço fiscal nessas economias, enquanto as mudanças políticas estão dificultando a gestão das finanças públicas (CORNIA, 2011).

Quanto ao seu resultado, a política fiscal pode ser influenciada por diversos fatores, desviando seus objetivos e traçando comportamentos atípicos. Alguns autores colocam como questão central dessa mudança de comportamento a influência dos regimes políticos adotados na sub-região. Após toda a região da AL vivenciar o Processo de Substituição de Importações (PSI), a partir da década de 80 impõe-se a necessidade de reformar o Estado, restaurando os saldos fiscais e equilibrando o balanço de pagamentos dos países em crise - consolidando-se assim, a ideia de redução do tamanho do Estado e do domínio do livre mercado (CLAD, 2015).

Além das explicações econômicas, vários autores sugerem que outros fatores são importantes para a condução da política fiscal, como fatores institucionais e políticos (ALESINA; PEROTTI, 1994). Por exemplo, Frankel et al. (2011) argumentam que a baixa qualidade das instituições pode desempenhar um papel fundamental na exacerbada volatilidade fiscal nos países em desenvolvimento. Também, vários países latino-americanos transitaram entre regimes autoritários e regimes democráticos nas décadas de oitenta e noventa, perpetuando resquícios autoritários e instituições híbridas em muitos de seus contextos institucionais (MÉNDEZ, O'DONNELL e PINHEIRO, 2000).

As últimas duas décadas foram de grandes mudanças estruturais, modificando, inclusive, a forma como esses países têm lidado com as crises econômicas. Diferente dos padrões anteriores, os países desenvolvidos foram atingidos com maior intensidade e afetados mais rapidamente, enquanto o contágio em países periféricos se deu de forma menos intensa e mais lenta.

Bailey e Berkeley (2014) afirmam que o período de queda na atividade econômica acelerou alguns processos chave de mudanças que já estavam em curso, como o declínio das taxas de emprego e a polarização política e econômica. De todo modo, isso não justifica que esses países ficaram imunes e que os efeitos da crise do *Subprime* não tenham se propagado internamente - de forma também diferenciada. De fato, a grande maioria dos países latino-americanos teve um bom desempenho, apresentando resultados primários positivos (CORNIA, 2011). No entanto, os saldos fiscais começaram a ficar negativos no período de 2009 e 2010, como consequência das reações dos governos à crise econômica.

Destaca-se que, por um lado, houve uma demonstração de resiliência dessa região à crise financeira de 2008 - posta pela maioria das economias latino-americanas, permitindo a mitigação do impacto através de expansões monetárias e fiscais. Algo destacado por diversos estudos empíricos: Daude et al. (2011), Attinasi e Klemm (2016), Vegh e Vuletin (2014), Fernández-Arias e Pérez (2014). Esse ativismo político, geralmente considerado "reservado" aos países de economias desenvolvidas, viu políticas fiscais combatendo a desaceleração e

questionando a tradicional noção de que as políticas fiscais da região são pró-cíclicas. Contudo, o progresso em direção a um papel estabilizador da política fiscal parece ter se revertido nos últimos anos, com um aparente retorno ao padrão pró-cíclico e restritivo (ALBEROLA et al., 2016).

A compreensão dos padrões regionais diferenciados do impacto da crise pode permitir um aperfeiçoamento na implementação das políticas anticíclicas por parte do governo, podendo aliar ou reforçar a política macroeconômica – um caráter regional que busque, além de mitigar os efeitos globais negativos de mesmo modo também os impactos nas regiões mais vulneráveis, evitando um eventual aprofundamento de disparidades regionais.

Desta forma, as discussões sobre desenvolvimento econômico ampliaram-se recentemente de uma preocupação com o crescimento a uma que capture a noção de resiliência. Ela vem sendo utilizada por um número crescente de autores interessados em entender a dinâmica das economias locais e regionais e, particularmente, como eles lidam com choques econômicos e crises recessivas.

O estudo da resiliência se refere à maneira como pensamos sobre a dinâmica de longo prazo dos sistemas econômicos. O conceito de resiliência fornece uma perspectiva diferente da dinâmica econômica daquela adotada pelos economistas, a partir de um conjunto diferente de ideias sobre a maneira pela qual as interações com o ambiente econômico levam a mudanças no conjunto do sistema (PERRINGS, 1998).

Muitos pesquisadores não veem a resiliência econômica como um processo suave e incremental, mas sim como um ambiente dinâmico sujeito a todo tipo de interrupções: de periódicas a recessões econômicas (SIMMIE; MARTIN, 2010). De fato, Hudson (2010) reflete o aumento da vulnerabilidade de diversas localidades e regiões a crises episódicas - aperfeiçoadas pela intensificação da integração econômica global, abertura e interdependência.

Levin et al. (1998) argumentam também que a resiliência oferece uma maneira útil de pensar sobre a evolução dos sistemas sociais, pois fornece um meio de analisar, medir e implementar a sustentabilidade de tais sistemas. Isso ocorre principalmente porque a resiliência desvia a atenção dos equilíbrios de longo prazo, e vai em direção à capacidade do sistema de responder a choques e tensões de curto prazo, de maneira construtiva e criativa.

Os economistas geralmente tendem a equiparar sustentabilidade com equilíbrio e estado estacionário (Baldwin, 1995). Levin et al. (1998) sugerem que a sustentabilidade é mais um problema em sistemas estocásticos do que determinísticos, sendo que é melhor ser mensurada pela resiliência do sistema, dentro ou fora do equilíbrio em um sistema evolutivo, revelando o comportamento do sistema, mas não o seu detalhe - isso torna a noção mais relevante para a

política econômica e mais testável. As regiões que demonstram níveis mais altos de resistência a choques econômicos possuem melhores perspectivas de recuperação completa e rápida em relação àquelas regiões mais vulneráveis que sofrem maiores perturbações.

Gjerde et al. (2019) usaram as estatísticas produzidas nos EUA pela grande recessão de 2007 em nível de estado, lançando luz sobre as políticas e condições que ajudaram alguns estados a suportar esse choque recessivo por um tempo. Foi utilizado um modelo de regressão paramétrico, conhecido como análise de sobrevivência, para estimar os efeitos que a política fiscal de um estado teve no momento de sua entrada na Grande Recessão de 29, evidenciando o complexo papel desempenhado pela política fiscal na determinação da capacidade de um estado de resistir a um choque econômico negativo como a Grande Recessão.

Em outro estudo, já relacionado aos países latino-americanos, Gregório (2013) analisa a resiliência desses países junto à crise financeira global. Ele argumenta que condições macroeconômicas sólidas, que permitiam uma expansão monetária e fiscal incomum tais como: a flexibilidade da taxa de câmbio, um sistema financeiro forte e bem regulado, alto nível de reservas e um pouco de sorte, proveniente de termos comerciais muito altos, eram fatores centrais para um bom desempenho econômico. Perseverar no caminho de fortes políticas macroeconômicas e financeiras é necessário, mas não suficiente, para ir da recuperação ao crescimento sustentado.

Didier et al. (2012) também estudam as consequências da crise financeira global de 2008-2009 nas economias emergentes, expondo uma quebra estrutural na maneira como essas economias reagiram ao choque global. Ao contrário da percepção popular, as economias emergentes sofreram colapsos de crescimento (em relação aos níveis anteriores à crise) comparáveis aos experimentados pelas economias desenvolvidas, mesmo quando continuam crescendo. Posteriormente, a maioria das economias retornou às taxas de crescimento pré-crise.

Embora as economias emergentes não tenham sido capazes de evitar o colapso originado nos Estados Unidos da América (EUA) e depois transmitidas pelos países, elas foram mais resistentes durante a crise global do que nas crises anteriores. Além disso, rompendo com o passado, as economias emergentes não caíram mais do que as economias desenvolvidas durante a crise global e foram capazes de conduzir políticas anticíclicas, tornando-se mais semelhantes às economias desenvolvidas (Didier et al., 2012).

Restrepo e Rincón (2012) criaram modelos VAR (Vetores Autorregressivos) e VEC (Vetores de Correção Erros) estruturais para o Chile e a Colômbia, com o objetivo de identificar choques de política fiscal nos dois países entre 1990 e 2005. As respostas de impulso obtidas permitem o cálculo do efeito peso na produção de um choque para os gastos públicos e para o

imposto líquido do governo receitas, fornecendo uma boa noção da incidência de choques na política fiscal nos dois países. Quando as finanças públicas estão sob controle, como no Chile, a política fiscal parece ser mais eficaz do que quando lhes falta estabilidade e credibilidade, como parece ser o caso da Colômbia - desde meados dos anos 1990.

Um dos temas centrais no debate *mainstream* é a volta da política fiscal como um instrumento ativo da política macroeconômica. Romer (2012) afirma que a crise de 2008 explicitou a necessidade de se utilizar a política fiscal como um estabilizador de curto prazo: em momentos de queda da demanda agregada e queda da confiança de empresários (quando passam a não responder à queda das taxas de juros para realização de investimentos) a alternativa imediata à política monetária deveria ser a política fiscal.

Isto é, a política fiscal tem efeito sobre o ajustamento da economia, sendo necessário aprimorar questões como investimentos em capital humano, infraestrutura e saúde. Ou ainda, aspectos que estão vinculados ao crescimento econômico e que podem proporcionar uma maior produtividade dado a construção dessas condições, com a participação do governo, mas não somente, orientando também para que essas atividades que capacitam os países também sejam uma preocupação da iniciativa privada.

3 MÉTODOS PARA CÁLCULOS E ANÁLISES

Além das explicações econômicas, muitos autores sugerem que outros fatores são importantes para reduzir a disciplina fiscal, tais como fatores institucionais e políticos (ALESINA; PEROTTI, 1994). Também, como aponta Cornia et al. (2011), o comportamento fiscal pode ser explicado através da coexistência histórica, por uma forte dependência de condições externas, uma estrutura tributária fraca e múltipla rigidez da despesa pública. A interpretação das causas - a história que é contada sobre por que um evento regional adverso ocorreu - é fundamental para o que será considerado bem-sucedido adaptação ou resiliência incorporar uma análise do caminho causal que diminuiu o potencial de resistência (MARTIN, 2015).

Dado que determinar todos os fatores que influenciam a política fiscal é uma tarefa difícil, a presente pesquisa propõe-se a fazer uma análise descritiva da política fiscal e seus principais indicadores fiscais das cinco maiores economias da AL (Brasil, México, Colômbia, Argentina e Chile), abordando aspectos comuns e específicos de cada país, de modo a permitir uma contextualização da região. Compreende-se que, após a crise financeira de 2008, dada a devida atenção à resiliência econômica, pode ser uma resposta a um censo contemporâneo generalizado de incerteza e insegurança e uma busca por fórmulas para adaptação e sobrevivência nessas economias.

O ponto de partida está na heterogeneidade dos diferentes governos e suas políticas econômicas. Entende-se que cada governo possui sua influência na política fiscal, evidenciando os seus determinantes e trajetórias. O quadro 1 ilustra essa característica de 1995 a 2019, a partir de uma linha histórica do período e seus respectivos governos.

Tabela 1. Panorama histórico dos governos e Presidentes do período

		Brasil	Chile	Argentina	México	Colômbia
PRÉ-CRISE FINANCEIRA DE 2008	1995	Fernando Henrique Cardoso	Eduardo Frei Ruiz-Tagle	Carlos Menem	Ernesto Zedillo	Ernesto Samper
	1996					
	1997					
	1998		Ricardo Lagos	Fernando de la Rúa	Vicente Fox	Andrés Pastrana Arango
	1999					
	2000	Luís Inácio Lula da Silva	Michelle Bachele	Eduardo Duhalde	Álvaro Uribe Vélez	
	2001					
	2002		Néstor Kirchner	Felipe Calderón		
	2003					
	2004					
2005	Sebastián Piñera	Cristina Fernández de Kirchner	Enrique Peña Nieto			
2006						
2007	Dilma Rousseff	Michelle Bachele	Mauricio Macri	Juan Manuel Santos		
2008						
2009						
PÓS-CRISE FINANCEIRA DE 2008	2010	Michel Temer	Sebastián Piñera	Alberto Fernández	Andrés Manuel López Obrador	Iván Duque Márquez
	2011					
	2012	Jair Messias Bolsonaro	Sebastián Piñera	Alberto Fernández	Andrés Manuel López Obrador	Iván Duque Márquez
	2013					
	2014	Jair Messias Bolsonaro	Sebastián Piñera	Alberto Fernández	Andrés Manuel López Obrador	Iván Duque Márquez
	2015					
	2016	Jair Messias Bolsonaro	Sebastián Piñera	Alberto Fernández	Andrés Manuel López Obrador	Iván Duque Márquez
	2017					
	2018	Jair Messias Bolsonaro	Sebastián Piñera	Alberto Fernández	Andrés Manuel López Obrador	Iván Duque Márquez
	2019					

Fonte: Elaboração própria.

Por exemplo, durante esse período, o Brasil passou por cinco governos diferentes - Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro - enquanto Argentina por 7 - Carlos Menem, Fernando de la Rúa, Eduardo Duhalde, Néstor Kirchner, Cristina Fernández de Kirchner, Mauricio Macri e Alberto Fernández.

Temos a partir da década de 90 em diante melhores condições e evolução de toda a região da AL - tanto econômica, como social e política -, com a consolidação dos regimes democráticos e do controle inflacionário na maior parte desses países. Com a superação do choque da dívida e dos processos inflacionários em diversos países da região, pressupomos uma ruptura nesta mesma década. Em termos de padrão de crescimento, nos anos 90 as economias

já possuíam um padrão de crescimento mais inferior. Apesar disso, podemos destacar o período e associá-lo com uma fase de maturação, com relevantes transformações de produtividade, principalmente no final da década com o boom das commodities, impulsionando as economias latino-americanas.

A desaceleração do crescimento e do desenvolvimento econômico acontece com a crise financeira de 2008, tendo seus efeitos sentidos duramente no ano seguinte: é então a partir de 2009 que as trajetórias dos indicadores fiscais e econômicos se distanciam, alterando a gestão fiscal dos países. A crise internacional de 2008 não chegou tão abruptamente para essa região – levantando, inclusive, discussões das habilidades da região em superar a crise. Há de considerarmos o tempo de transmissão desse evento, que passar tanto pela Crise Europeia como pela capacidade da inundação das commodities pela China.

Em razão disso, faremos uma análise qualitativa detalhada das principais estatísticas fiscais dessas cinco economias, mas não só entre os países, como também internamente e entre os diferentes governos locais. Os indicadores fiscais permitiram uma visão de como cada país lidou com a crise financeira - tanto antes de 2008 como após. Discutiremos a capacidade de adaptação desses países frente a crise internacional, relacionada com as regras fiscais adotadas - sejam elas rígidas, como no caso do Brasil, ou flexíveis e ajustadas ao ciclo, como no Chile.

Espera-se que regiões com uma maior capacidade de recuperação sofram e, apesar de uma piora de seus indicadores fiscais, tenham um desempenho melhor do que seus vizinhos. De certa forma, as diferenças nas perdas acumuladas durante as recessões e as mudanças positivas pós-recessivas, são resultados úteis para detectar esses padrões. As assimetrias históricas na absorção de choque demonstradas por diferentes locais têm sido tradicionalmente observadas no nível regional (Owyang et al., 2009; Artis et al., 2012). Considerando simultaneamente o contexto econômico em dois cenários alternativos: desequilibrado (quando houve a crise de 2008) e equilibrado (anteriormente a crise de 2008).

3.1 Metodologia de Cálculo das Estatísticas Fiscais e Fonte dos Dados

Esta pesquisa se debruça a apresentar uma evolução histórica do período das Estatísticas de Finanças Públicas, desenvolvida de acordo com os princípios e conceitos propostos no Manual de Estatísticas de Finanças Governamentais 2014 - GFSM 2014 do FMI, e a Conta Intermediária do Governo (CI), que segue as recomendações do Sistema de Contas Nacionais 2008 - SCN 2008, produzido pela Comissão Europeia - EUROSTAT, o FMI, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, as Nações Unidas - ONU e o Banco

Mundial. A análise da natureza metodológica dos dois sistemas estatísticos evidencia as semelhanças entre eles, bem como as formas de conciliar as diferenças, sempre que ocorrem, de forma a garantir a coerência dos dados macroeconômicos. Como critério de comparação, foram também feitas análises para dois períodos: período pré-crise (1999-2008) e período pós-crise (2010-2019).

Apesar da metodologia do GFSM ser amplamente utilizada e difundida, é necessário atenção as suas limitações também. Em relação a despesa contábil, temos os efeitos das contribuições patronais e sociais imputadas – aumentando em certa medida essa variável. Também encontramos divergências quanto ao critério de pagamento do Juro utilizado pelas diferentes nações e seus bancos centrais – o Banco Central brasileiro, por exemplo, utiliza o juro líquido e pelo critério de competência, e não pelo critério de pagamento: ficando imune aos efeitos de discrepâncias do GFSM. Outros pontos que podem ser levantados são também em relação ao déficit efetivo – que causa dívida, podendo incluir uma estimativa de impacto para o futuro e as carteiras de títulos dos Governos centrais sem os BC's e que são utilizados para fins de política monetária.

Para a comparação entre os diferentes países, todas as variáveis foram calculadas em % do PIB (moeda nacional, a preços constantes), durante o período de 1999 a 2019. A metodologia adotada para a elaboração das contas nacionais da região a preços constantes de 2010 consiste em retropolar e extrapolar os valores correntes de 2010 com os respectivos índices de volume dos componentes do PIB, obtidos a partir das séries oficiais em suas moedas nacionais aplicadas ao total e para cada uma das principais divisões do ISIC (International Standard Industrial Classification of all Economic Activities). A classificação das operações do governo apresentada aqui vem da versão de 2015 do Manual de Finanças Públicas do FMI¹.

Em relação à cobertura institucional, quando disponíveis os dados, foram analisados para: Setor público não-financeiro, Governo Geral e Governo Central.

A principal fonte de dados utilizada foi a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe -CEPAL – que segue as normas do GFSM. Para os anos mais recentes e informações faltantes, completou-se as lacunas com os dados das demais fontes e, principalmente, dados institucionais oficiais de cada país. A formação da série de dados passou por uma checagem entre as diferentes fontes. A fonte principal de cada uma das variáveis pode ser acompanhada no quadro 2.

¹ Disponível em https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:28680

Tabela 1. Descrição das Variáveis e fonte de dados

Variável	Descrição		Fonte
PIB	PIB total anual a preços constantes de 2010 em dólares		CEPAL
Dívida Pública Total	Dívida pública total () em % PIB	Até 2017 2018 e 2019	CEPAL FMI, *Dipres, **SIAFI, ***DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino
Dívida Interna	Inclui todas as transações de financiamento do governo com pessoas físicas, empresas, governos e outras entidades residentes. Em % PIB	Até 2017 2018 e 2019	CEPAL FMI, *Dipres, **SIAFI, ***DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino
Dívida Externa	Inclui todas as transações de financiamento do governo com pessoas físicas, empresas, governos e outras entidades não-residentes. Em % PIB	Até 2017 2018 e 2019	CEPAL FMI, *Dipres, **SIAFI, ***DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino
Receita Total	Operações do governo de acordo com suas características econômicas. Inclui as Receitas Correntes, Receitas de Capital e Doações externas. Em % do PIB.	Até 2017 2018 e 2019	CEPAL FMI, *Dipres, **SIAFI, ***DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino
Receita Tributária	Receitas correntes das contribuições obrigatórias, não cambiais e não recuperáveis impostas pelo governo para fins públicos. Em % do PIB.	Até 2017 2018 e 2019	CEPAL FMI, *Dipres, **SIAFI, ***DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino
Outras Receitas	Receitas correntes não-tributárias. Em % PIB.	Até 2017 2018 e 2019	CEPAL FMI, *Dipres, **SIAFI, ***DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino
Despesa Total		Até 2017	CEPAL

	Incluem todos os pagamentos governamentais não recuperáveis, seja em troca ou sem contraprestação e para fins correntes ou de capital. Despesa Corrente, Despesa de Capital e Concessão de empréstimos menos recuperações. Em % do PIB.	2018 e 2019	FMI, *Dipres, **SIAFI, ***DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino
		Até 2017	CEPAL
Pagamento de Juros	Juros são definidos como o pagamento pelo uso de dinheiro emprestado. Em % do PIB	2018 e 2019	FMI, *Dipres, **SIAFI, ***DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino
		Até 2017	CEPAL
Despesas de Capital	Despesas relacionadas com aquisição de máquinas equipamentos, realização de obras, aquisição de participações acionárias de empresas, aquisição de imóveis, concessão de empréstimos para investimento. Em % PIB	2018 e 2019	FMI, *Dipres, **SIAFI, ***DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino
		Até 2017	CEPAL
Despesas Correntes Primárias	Corresponde à despesa corrente antes de juros. Em % PIB	2018 e 2019	FMI, *Dipres, **SIAFI, ***DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino
		Até 2017	CEPAL
Resultado Primário	Corresponde ao resultado da receita total e subvenções menos despesas primárias (despesa total e empréstimo líquido não incluindo pagamento de juros da dívida). Em % PIB.	2018 e 2019	FMI, *Dipres, **SIAFI, ***DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino
		Até 2017	CEPAL
Resultado Geral	Corresponde ao resultado das receitas e doações totais menos despesas totais e empréstimo líquido. Em % PIB	2018 e 2019	FMI, *Dipres, **SIAFI, ***DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino
COFOG	Gastos dos Governos pela classificação de Função (Educação e Saúde) em % do PIB.		OCDE, FMI, *Dipres, **SIAFI, ***DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino
Financiamento		Até 2017	CEPAL

Indica as fontes de recursos obtidos para financiar um déficit governamental ou a utilização de recursos disponíveis de um superávit, a fim de medir o efeito das operações de financiamento do governo sobre a economia.
Em % PIB

2018 e 2019

FMI, *Dipres, **SIAFI, ***DGPM,
Secretaría de Hacienda y Crédito Público
del México, Página Oficial do governo
Argentino

*Dirección de Presupuestos del Ministerio de Hacienda - Governo do Chile

**Sistema Integrado de Administração Financeira - Tesouro Nacional - Governo do Brasil

***Ministerio de Hacienda y Crédito Público - Governo da Colômbia

Fonte: GFSM. Elaboração própria.

4. EVOLUÇÃO DA POLÍTICA FISCAL NA AMÉRICA LATINA

A região da AL tem passado por grandes transformações institucionais, sociais e econômicas nas últimas décadas. Nos últimos 30 anos, os cinco países - ARG, BRA, CHI e MEX -, assim como grande parte da AL, implementaram grandes mudanças em suas políticas fiscais. A partir da década de 90, percebemos um maior controle das finanças públicas e do controle inflacionário, assim como também o fortalecimento das instituições fiscais em toda a região. Temos a implantação do Plano Real (1994) e do regime de metas de inflação no Brasil, e, a adoção de um importante arranjo institucional no Chile: uma regra fiscal ajustada ao ciclo econômico - A lógica básica da regra é estabilizar o gasto público ao longo do *business cycles* e das oscilações do preço do cobre, evitando ajustes excessivos em períodos de recessão ou níveis de gastos insustentáveis em períodos de prosperidade).

Já no início dos anos 2000, caminhando para um período de maior estabilidade econômica, temos o ressurgimento de questões de equidade e distribuição de renda - estas que foram negligenciadas nas décadas anteriores. Parte-se então em direção a reformas tributárias, abordando principalmente o imposto de renda - tema este ainda com muitas questões a serem discutidas.

Muitas questões debatidas em torno da política econômica da AL, e principalmente da política fiscal, podem ser relacionadas ao termo de Lievesley e Ludlam (2009): a *pink tide* - onda rosa, ou ainda, a onda de governos que foram influenciados por uma “nova esquerda” e que assumiram o poder na região na última década - inicialmente liderada por Hugo Chávez, da Venezuela, eleito para a presidência em 1998.

Essa mudança fez com que governos de esquerda acendessem nas democracias latino-americanas, afastando-se do neoliberalismo e indo em direção a políticas econômicas ou sociais mais progressistas na região (LOPES; FARIA; PIMENTA, 2016; ABBOT, 2017; OIKONOMAKIS, 2015). Foram associados ao movimento o presidente do Brasil, Lula, e da Argentina, Nestor Kirchner.

Em parte, o contexto internacional altamente favorável dos anos 2000, a redução da pobreza e da desigualdade, juntamente com a consolidação de um crescimento aparentemente sustentável, levaram ao aumento das receitas públicas, tanto tributárias como não tributárias, bem como a uma melhora significativa da posição fiscal desses países latino-americanos.

Na América do Sul, em particular no Brasil, Argentina e Chile, inicialmente viram uma queda na desigualdade e um crescimento em suas economias como resultado do comércio de commodities. Alguns dos resultados iniciais depois que os primeiros governos da *pink tide* foram

eleitos incluíram uma redução na desigualdade de renda, desemprego, pobreza extrema, diminuição da desnutrição e da fome e o aumento na alfabetização.

Segundo Rojas (2020), os governos associados a onda rosa visavam melhorar o bem-estar dos indivíduos - por meio de medidas destinadas a aumentar os salários. A exemplo, o aumento do salário-mínimo, a fim de amenizar os efeitos das políticas econômicas neoliberais por meio da expansão dos gastos com bem-estar, tais como o subsídio de serviços básicos e fornecimento de transferências de dinheiro para grupos menos favorecidos.

No final dos anos 2010, o impeachment de Dilma Rousseff demonstrou o enfraquecimento em torno da *pink tide* – influenciado pelo esgotamento do boom das commodities e das dificuldades de sucesso com a política fiscal expansionista – dando espaço para à onda conservadora.

Em 2015, o afastamento da esquerda tornou-se mais pronunciado na América Latina, com o jornal britânico *The Economist*² dizendo que a maré rosa havia baixado (REID, 2015). Com as dificuldades enfrentadas pelos mercados emergentes em todo o mundo, os países latino-americanos acabaram se afastando de uma economia do tipo social-democrata.

Quando a crise econômica global se espalhou para a AL, os impactos foram sentidos pelo aprofundamento da desaceleração econômica na região, levando a taxas de crescimento decrescentes, receitas públicas em declínio, piora dos termos de troca e aumento do desemprego (TOCKMAN, 2021). O resultado foi, a partir de 2016, o declínio da *pink tide* e o surgimento de uma "nova direita" na AL (OLIVEIRA; HOWAT, 2016; THE NEW YORK TIMES, 2016).

4.1 Economia Política

Quanto ao seu resultado, a política fiscal pode ser influenciada por diversos fatores, desviando seus objetivos e traçando comportamentos atípicos. Alguns autores colocam como questão central dessa mudança de comportamento a influência dos regimes políticos adotados na sub-região. Logo após a crise do período pós-guerra forma-se a necessidade de reformar o Estado, restaurando seu saldo fiscal e equilibrando o balanço de pagamentos dos países em crise - consolidando-se a ideia de redução do tamanho do Estado e do domínio total do mercado (CLAD, 2015).

Vários países latino-americanos transitaram entre regimes autoritários e democráticos nas décadas de oitenta e noventa, perpetuando resquícios autoritários e instituições híbridas em

²“The ebbing of the pink tide”. *The Economist*.

muitos de seus contextos institucionais (MÉNDEZ, O'DONNELL e PINHEIRO, 2000). Lopez-Calva e Lustig (2010) destacam que os países da AL passaram por importantes mudanças políticas, resultando em uma modificação nas preferências políticas para os partidos de esquerda.

Atualmente, corrupção e ineficácia institucional estão no centro da crise do Estado pela qual passam quase todos os países da AL. Após a crise de 2008 surge uma transfiguração do cenário político, dando origem a inclinações políticas à direita na conjuntura da AL. Para Gomes e Rojas (2017):

[...] assistimos a um fenômeno político mais geral na América Latina que poderíamos chamar de fim do ciclo de um conjunto heterogêneo de governos que se apresentavam com alguns elementos discursivos, em maior ou em menor medida, como críticos do neoliberalismo, sejam em versões autodenominadas “neodesenvolvimentistas”, como no Brasil e na Argentina, ou “nacionalistas”, como nos casos da Venezuela, Bolívia ou Equador (ROJAS, GOMES, 2017, p.???)

Essa caracterização permite identificar que o avanço conservador e à direita no subcontinente, não expressam episódios isolados ou separados, mas uma unidade concisamente desenvolvida. Fuser (2018) pontua que, apesar desse movimento, e da crise dentro dos chamados “governos progressistas” latino-americanos, há uma dificuldade de consolidação de projetos liberais-conservadores como alternativa às experiências progressistas na região. Ou ainda, podemos estar não só diante de uma crise conjuntural, frente à crise de uma forma de capitalismo – à do modelo do capitalismo neoliberal – mas frente a uma crise geral do capitalismo (GOMES; ROJAS, 2017). Há o acirramento do conflito entre as classes fundamentais, abrindo-se, portanto, um período histórico repleto de convulsões sociais, políticas e econômicas (PORTELLI, 1977).

Argumenta-se que governos tão díspares quanto os de Lula no Brasil, de Chávez na Venezuela e do casal Kirchner na Argentina, possuem fortes traços em comum, entre os quais: o fortalecimento do papel do Estado na economia, a ênfase nas políticas sociais e a busca de maior autonomia externa. Esses projetos se mantiveram por sucessivos mandatos presidenciais e proporcionaram avanços sociais significativos, mas terminaram por entrar em crise, em um processo atribuído, em parte, tanto às limitações inerentes a essa opção política quanto às pressões externas.

Em particular, os governos social-democratas e centristas tiveram mais espaço fiscal, pois possuíam um orçamento maior durante os superávits ao longo dos bons anos e foram capazes de lidar com a crise sem prejudicar suas condições fiscais. Apesar disso, a América Latina sofreu uma deterioração das finanças públicas nos últimos anos a partir da crise global de 2008.

Dados recentes mostram que as posições fiscais desses países pioraram novamente nos anos mais recentes (CEPAL, 2017). O aumento dos gastos públicos não foi totalmente revertido oito anos após 2008 (CELASUN et al., 2015), a mudança nos preços globais das commodities e o fraco crescimento econômico tem contribuído para a redução do espaço fiscal, enquanto as mudanças políticas estão dificultando a gestão das finanças públicas (CORNIA, 2017).

Muitos autores argumentam que o comportamento dos governos latino-americanos não tem sido diferente nos últimos anos, apresentando um comportamento pró-cíclico (DAUDE et al., 2011; OCAMPO, 2011), considerando que a implementação de políticas fiscais anticíclicas foram a exceção e não a regra na região (ALBEROLA et al., 2016; BELLO; JIMÉNEZ, 2008; KLEMM, 2014). No entanto, nem todos os estudiosos concordam com essas conclusões. Alguns argumentam que algo mudou, especialmente no segundo semestre de 2000 (FERNÁNDEZ-ARIAS; PÉREZ, 2014). De fato, a grande maioria dos países latino-americanos teve um bom desempenho, apresentando resultados primários positivos (CORNIA et al., 2011). No entanto, os saldos fiscais começaram a ficar negativos no período de 2009 e 2010, como consequência das reações dos governos à crise econômica.

A política fiscal vem sendo um dos atores principais na condução da política econômica após a crise financeira de 2008. Ela fortaleceu o interesse dos governos, bancos centrais e a academia em compreender melhor qual seria o papel da política fiscal discricionária em estabilizar a economia. O correio mecanismo de transmissão da política monetária é fraco e ela também não parece ser capaz de combater sozinha a enorme contração da demanda.

5. OS PAÍSES EM NÚMEROS E ESTATÍSTICAS FISCAIS

Neste capítulo, nos concentramos na análise das estatísticas de finanças públicas: Crescimento econômico, Resultado primário, Dívida Pública, Despesas e Receitas Fiscais - para os cinco países do grupo (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México). As conclusões tiradas a partir dos resultados fiscais são discutidas e associadas com os acontecimentos e teorias vistos nos capítulos anteriores.

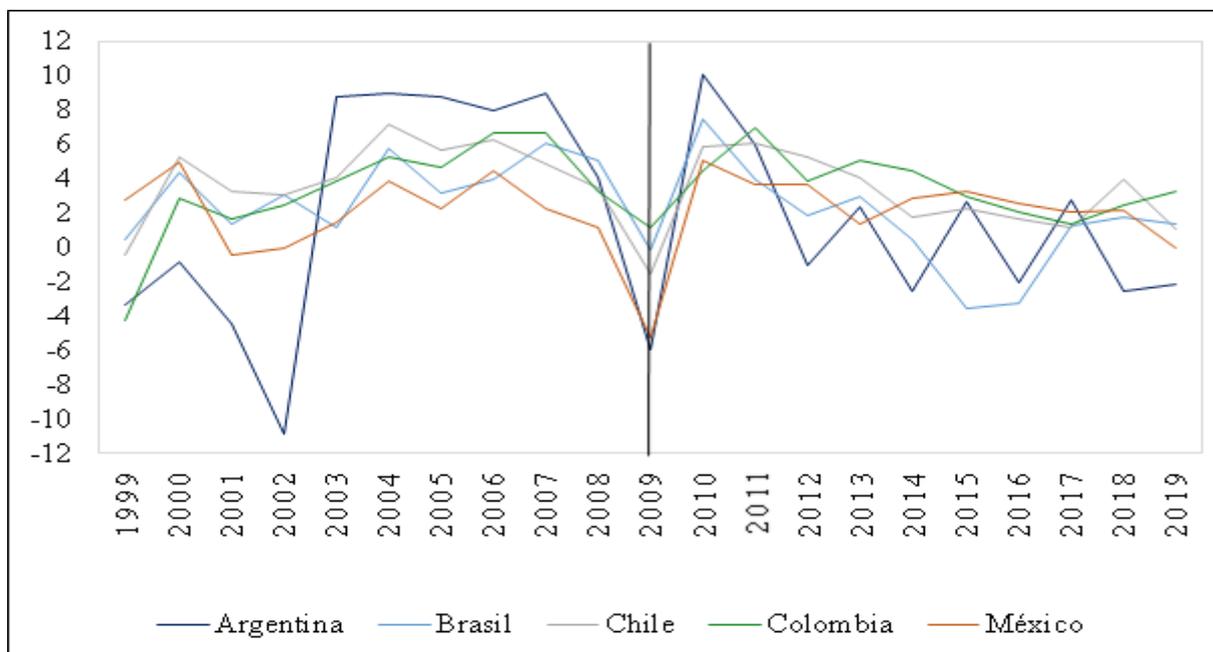
5.1 Crescimento econômico

Anteriormente à crise do *Subprime*, as economias do grupo vinham crescendo a um ritmo médio de 3-4% do PIB a.a., exceto o México, que estava tendo um crescimento mais lento – cerca de 2,29% a.a. do PIB entre 1999 e 2008. Entre 2003 e 2008, destaca-se o bom desempenho de todas as economias do grupo, apresentando altas taxas de crescimento econômico e, especialmente a Argentina, que entre 2003 e 2007 teve uma média de taxa de crescimento do PIB de 8,8% a.a.

Com a vinda da crise internacional, em 2009 todos os países foram afetados, porém de formas distintas. Como exemplo, Argentina e México tiveram seu crescimento econômico afetado com maior intensidade: tiveram uma retração de 5%. O Chile também teve sua economia fortemente afetada, porém com uma rápida recuperação. De outro lado, o Brasil teve um encolhimento de apenas -0,13% nesse mesmo ano, aparentemente superando a “marolinha”³. A série da evolução das taxas de crescimento do PIB são apresentadas na figura 1.

³ Termo utilizado em 2009 pelo então presidente Lula para se referir ao impacto da crise econômica no Brasil.

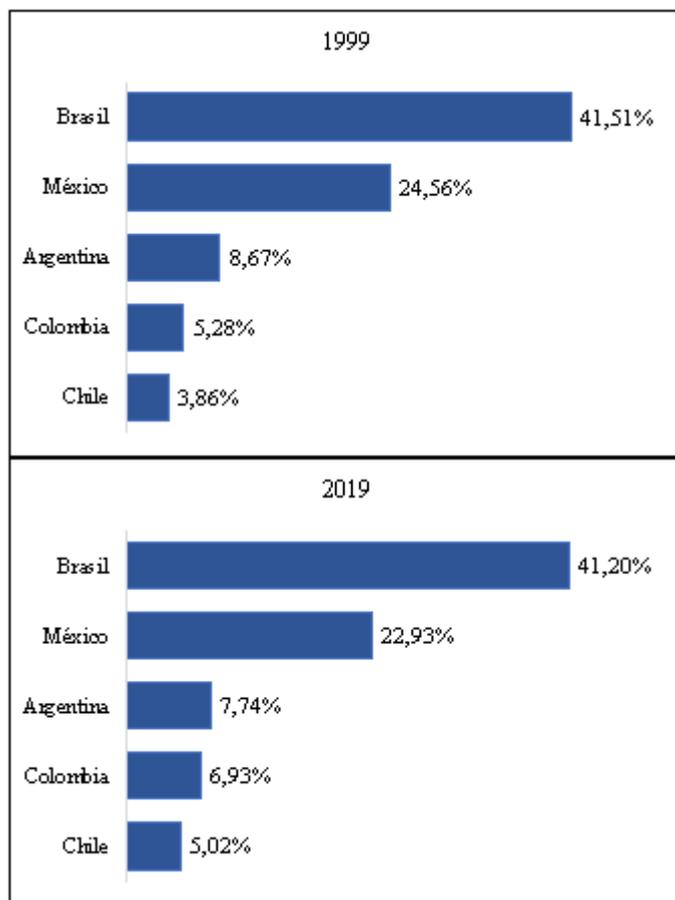
Figura 1. Taxa de crescimento do PIB total anual - Preços constantes



Fonte: CEPAL. Elaboração própria.

Quanto à composição da participação do PIB na AL dos cinco países, temos pela figura 2 que ela não se alterou muito do início ao fim do período analisado, mantendo-se o Brasil com a maior participação: 43,17% em 2002 e 41,2% em 2019 – sendo responsável por quase metade de todo o PIB da AL.

Figura 2. Participação dos países do grupo em relação ao PIB total da AL – Valores em dólares



Fonte: CEPAL. Elaboração própria.

Na tabela 3, apresentamos os dados das taxas médias de crescimento anual do PIB para o período pré-crise (1999-2008) e pós-crise (2010-2019). É então a partir de 2011 que a recuperação dessas economias se mostra dispare, com Argentina e Brasil expondo uma lenta e difícil recuperação econômica. Vamos discutir alguns pontos que justifiquem essas diferentes recuperações ao longo de todo o capítulo.

Tabela 2. Taxa média de crescimento anual do PIB - Preços constantes, por período

País	1999-2008	2009	2010-2019
Argentina	2,84	-5,92	1,38
Brasil	3,45	-0,13	1,46
Chile	4,31	-1,56	3,33
Colômbia	3,36	1,14	3,72
México	2,29	-5,29	2,68

Fonte: CEPAL, Elaboração própria

Até 2008, o Brasil vinha desempenhando um bom crescimento econômico, ficando atrás somente do Chile. Os anos que se seguiram à eleição do presidente Lula foram caracterizados por um cenário externo favorável, com alta mundial dos preços das commodities. Em particular, o período entre 2004 e 2008 teve os melhores resultados econômicos do período, sendo caracterizado por superávits fiscais, altas taxas de crescimento do PIB, acúmulo de reservas internacionais e consolidação do regime de metas de inflação que foi adotado em 1999.

Com todo o desenvolvimento adquirido durante os anos de prosperidade, a expectativa era de que o país superasse a crise financeira global sem muitos percalços. Contudo, o país foi afetado pela crise em 2009, em menor intensidade e, após 2010, a taxa de crescimento do PIB brasileiro despencou, chegando a -3,5% em 2015 e -3,3% em 2016 - o pior desempenho da economia brasileira desde o início da nossa série. Em 2019, último ano da análise, o país ainda não havia conseguido superar o baixo desempenho econômico e a crise política e econômica que se instaurou no país a partir de 2015.

Ao lado do Brasil, temos a Argentina. A partir de 1998 o país entrou em uma recessão que se transformou em uma depressão em 2001, com uma queda na taxa de crescimento PIB de quase 20% em relação ao ano anterior - atingindo o fundo em 2002 (-10,89% do PIB). A recuperação da depressão foi rápida, e três anos de alto crescimento se seguiram até 2007. Os anos de 2008 e 2009 foram seguidos de queda, e em 2010 a Argentina parecia ter superado a crise financeira: alto crescimento novamente em 2010 (10,12%). As expectativas não se confirmaram e, após 2010, a inflação voltou a subir e o PIB parou de crescer. Atualmente (2019), a economia encontra-se ainda estagnada: retração de -2% na taxa de crescimento do PIB.

No Chile - país que tem apresentado um crescimento econômico melhor e mais sustentável do que o restante das outras economias - o período foi caracterizado por aumentos sistemáticos das taxas de crescimento do PIB. Duas exceções foram as contrações moderadas de 1999 (-0,41%) e 2009 (-1,56%) - nesta última, sofrendo o impacto da crise financeira.

A economia colombiana entrou em um longo período expansionista a partir de 2000, impulsionada também pelo cenário externo favorável e pelas reformas institucionais já apresentadas, e que continuou até o último ano da nossa análise - 2019, mas com queda. Não só a Colômbia, mas também o México, que parece ter se recuperado da crise, e o restante dos países do grupo tiveram uma queda na taxa de crescimento PIB em 2019.

Tirando a Argentina e o Brasil, o crescimento econômico vinha sendo bastante semelhante no período pós-crise entre os demais três países do grupo: em torno de um intervalo de 3% para mais ou para menos nas duas últimas décadas. O ano de 2019 parece começar um outro ciclo de baixa, muito provavelmente aprofundado pela pandemia do COVID-19 - aqui já extrapolando nosso período de análise.

5.2 Evolução das Finanças Públicas

A contar da década de 1990, a maior parte do nosso grupo de países passou por uma transição de estabilização econômica bastante importante: período de baixa inflação, associado com melhorias nos saldos fiscais. Essa transição teve como base mudanças institucionais, tanto na política fiscal como monetária; maior independência dos bancos centrais e um maior controle orçamentário dos governos (AYRES; GARCIA; GUILLEN; KEHOE, 2021) - o que permitiu o bom desempenho durante o período pré-crise. Apesar de todos esses avanços, os países enfrentaram grandes dificuldades a partir da crise financeira internacional de 2008-2009.

Além de fatores econômicos, contribuíram também outras características individuais pertinentes a cada país, como foi o caso do Brasil, que passou por uma grande mudança em sua política econômica no início da crise financeira e que culminou em uma rápida deterioração de seus saldos fiscais - e em uma profunda e resistente recessão nos últimos anos. As características do caso brasileiro e dos demais países são então analisadas e discutidas nas subseções seguintes, que traz a série dos indicadores fiscais para todo o período.

5.2.1 Análise do Resultado Fiscal

Começamos pela análise dos resultados fiscais. Durante o período pré-crise (1999-2008), o cenário externo favorável e as mudanças institucionais que já vinham sendo implementadas permitiu aos países do grupo - exceto Argentina que passou por uma recessão em 2002 e Colômbia que teve mudanças institucionais importantes - expondo melhores resultados fiscais. Apesar disso, a posição fiscal do conjunto de países deteriorou-se

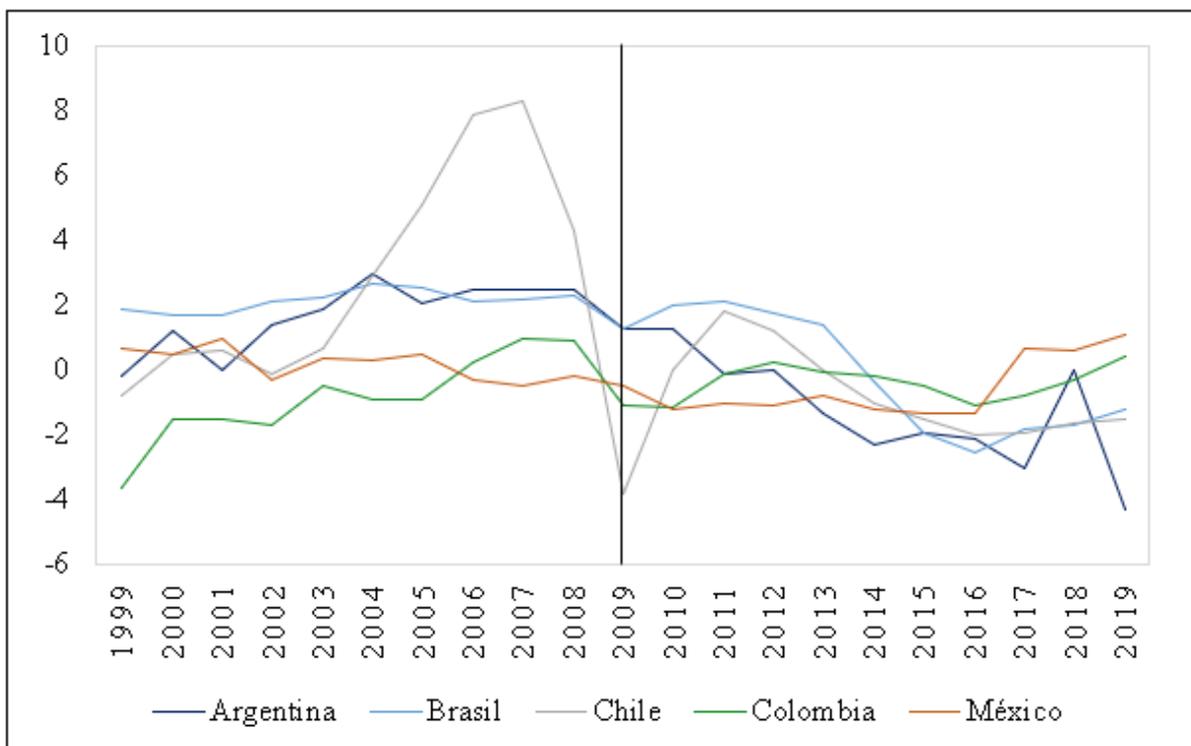
rapidamente no período pós-crise (2010-2019), refletindo as fortes medidas de estímulo econômico, com uma postura expansionista contínua da política fiscal (KEHOE; NICOLINI, 2021). Antes de tudo, é importante levarmos em consideração que os indicadores fiscais tem como denominador a relação com o PIB, levando ao questionamento se são gastos ou receitas que estão aumentando, ou se isso é consequência da diminuição do denominador. Como pode ser acompanhado na tabela 4 e da figura 3, temos a comparação médias dos resultados primários em % do PIB do grupo de países, antes e após a crise.

Tabela 3. Média do Resultado Primário anual dos Governos Gerais - em % do PIB, por período

País	1999-2008	2009	2010-2019
Argentina	1,69	1,30	- 1,52
Brasil	2,13	1,27	- 0,22
Chile	1,27	- 3,80	- 0,65
Colômbia	- 1,51	- 1,10	- 0,34
México	0,44	- 0,50	- 0,55

Fonte: CEPAL, Dipres, SIAFI, DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino. Elaboração Própria.

Figura 3. Resultado Primário do Governo Central - Em % do PIB



Fonte: CEPAL, Dipres, SIAFI, DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino. Elaboração Própria.

Entre 2008 e 2019, o saldo primário desses governos centrais passou de um superávit médio de 1,96 % do PIB em 2008 para um déficit médio de -1,09% em 2019. A dívida pública bruta, também dos governos centrais, subiu cerca de 55% de 2008 para 2018.

Na Argentina, tivemos no período mais recente o *default* da dívida e o final traumático do *currency board* que durou uma década (CALVO, 2004). Apesar de todos esses eventos, o déficit nesses anos foi notavelmente baixo, atingindo um pico ligeiramente acima de 4% em meio à pior recessão em décadas. O período pré-crise foi acompanhado por um bom desempenho fiscal: o superávit sempre esteve acima de 1,4% de 1999 a 2008 e foi em média 2%. A economia argentina se recuperou muito rapidamente da crise em 2003 e, ao mesmo tempo, mantendo a tendência de superávits primários.

Os anos que se seguiram à crise (2008-2010) foram caracterizados por superávits fiscais sustentados. Contudo, essa sequência de superávits não durou muito tempo: o déficit fiscal piorou gradativamente, e em 2019 encontra-se em níveis que não eram vistos desde os anos de hiperinflação: -4,28% do PIB. Ambos os eventos – maior inflação e redução do PIB - coincidiram com a piora do déficit fiscal e o governo central argentino foi o que teve o pior desempenho fiscal no período pós-crise.

O Brasil também foi um dos países que apresentou uma situação fiscal bastante favorável durante o período pré-crise, mantendo um superávit primário consecutivo de 1999 até 2013 - e ainda, estando sempre acima de 2% de 2002 a 2011. Durante o período pós-crise ela foi parcialmente mascarada por estratagemas contábeis e operações pontuais de vários tipos, incluindo o uso de empresas estatais financeiras e não financeiras para fins parafiscais (GOBETTI; ORAIR, 2017). O governo usou bancos públicos e estatais para esconder seus déficits enquanto o crescimento econômico continuava diminuindo e as manobras fiscais aumentavam.

Com a crise financeira global, entre 2008-2009, o governo começou a impulsionar as políticas fiscal, buscando implementar uma política anticíclica que evitasse o país passar por uma grande recessão. Inicialmente, a política parecia ter êxito, pois o PIB cresceu 7,5% em 2010. No entanto, o bom desempenho não durou muito. Além da contabilidade criativa e da crise política instaurada, em 2012 a economia brasileira já dava sinais de esgotamento. A queda nos preços das commodities tornou a situação ainda pior. A deterioração fiscal se acelerou e o uso das manobras fiscais tornou-se ainda mais pronunciado. Em 2015 e 2016, o PIB diminuiu para -3,5% e -3,3%, respectivamente, e os déficits fiscais atingiram níveis de cerca de -2,54% do PIB em 2016. A situação fiscal provou ser pior e mais persistente do que o esperado anteriormente.

No Chile, com a independência do BC em 1989, desde o início dos anos 1990, o país tem perseguido um regime de metas de inflação (CÉSPEDES et al., 2014). A ideia de controle orçamentário, presente desde meados da década de 1970, foi seguida pelo governo Pinochet no final da década de 1980 e pelos governos democráticos posteriores (KEHOE; NICOLINI, 2021). Em 2001, o governo implementou uma política fiscal baseada em um superávit estrutural anual de 1% do PIB. De 2004 a 2008 houve um excelente desempenho do governo chileno, chegando a 8% o superávit primário em 2007 - e gerando superávits sistematicamente até 2009. Assim como Argentina e Brasil, o Chile também teve seus resultados fiscais comprometidos no período pós-crise com um déficit médio de 2% (2014-2019).

Na Colômbia temos um cenário um pouco diferente. O início do nosso período foi caracterizado por uma mudança institucional da economia colombiana para o domínio monetário: déficits fiscais maiores obrigaram o governo a recorrer aos mercados de capitais nacionais e internacionais e a respeitar um certo grau de sustentabilidade fiscal (JUNGUITO; RINCÓN, 2007). A recessão no país durou de 1998 a 2000; o PIB caiu 4,2% em 1999 e o resultado primário foi de -3,6%, a pior contração do período. Observamos que o déficit fiscal máximo foi já no início do período, indicando os desequilíbrios macroeconômicos anteriores. Como mostram Kehoe e Nicolini (2021), foi então que o governo central firmou um acordo com o FMI, que forçou um ajuste macroeconômico por meio da redução gradual do déficit primário e, a partir de 2001, o banco central colombiano adotou um esquema completo de metas de inflação, estabeleceu uma meta explícita de inflação e estabeleceu uma meta de inflação de longo prazo de 3%.

Apesar do crescimento econômico durante a maior parte do período 1999 a 2019, ele não foi acompanhado por déficits primários crescentes. Esta foi provavelmente a consequência direta de um novo arranjo institucional introduzido no final de 2003. O país apresentou superávit primário somente nos anos de 2006 (0,23%), 2007 (0,99%), 2008 (0,89%), 2012 (0,24%) e mais recentemente, em 2019 (0,44%).

A consolidação fiscal continuou em 2018 devido principalmente à redução nos gastos primários, exceto para Argentina. Temos que, a forma como um dado déficit é financiado é crucial para o entendimento da evolução das principais variáveis macroeconômicas. No entanto, a capacidade de financiar o déficit com dívida depende do acesso do governo aos mercados doméstico ou internacional, como veremos na próxima subseção

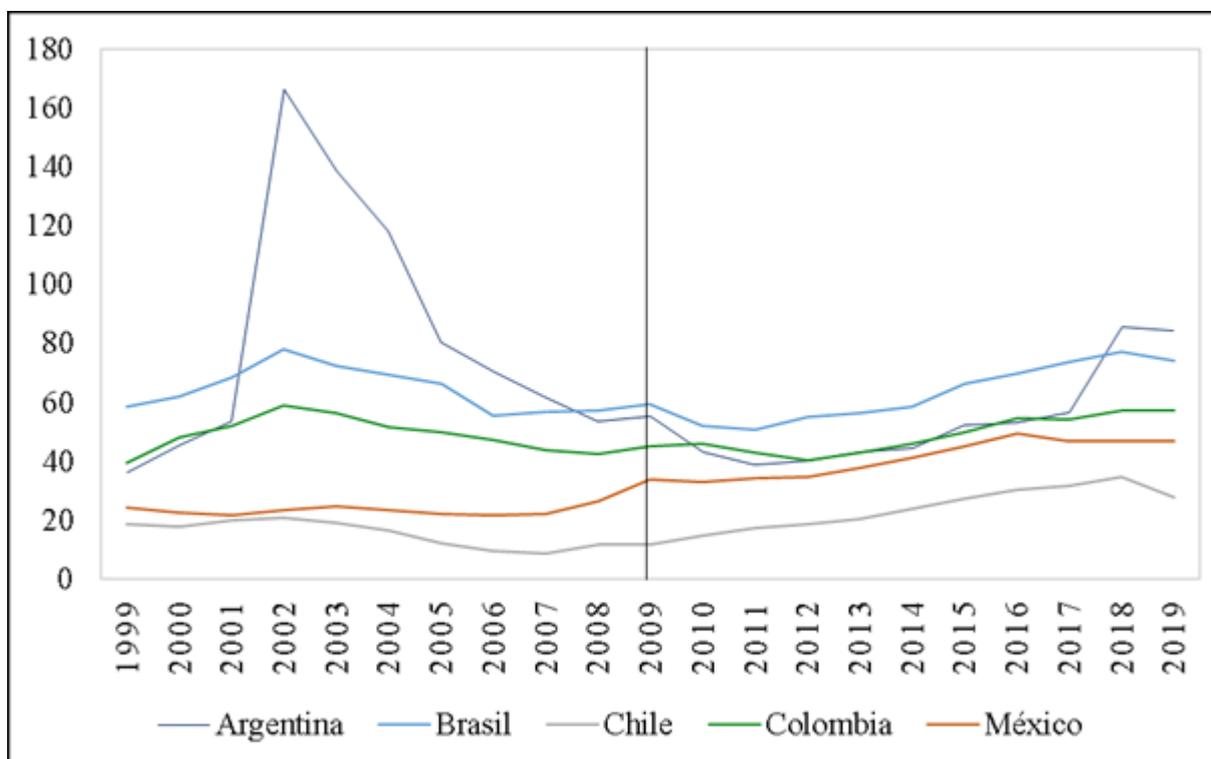
5.2.2 Análise da Dívida Pública

A dívida pública está em ascensão para todos os países do nosso grupo desde 2015 ou, ainda, desde 2009 para Chile e México. O aumento do nível de endividamento na região também trouxe consigo um aumento no pagamento de juros, conforme veremos na sessão da análise de despesas. Em 2019, a dívida bruta do setor público não-financeiro foi de:

- 84,41% na Argentina;
- 74,26% no Brasil;
- 27,91% no Chile;
- 57,34% na Colômbia e
- 46,8% no México.

A figura 4 apresenta a Dívida bruta do Setor Público não financeiro em % do PIB, para todo o período. Em particular, atualmente a dívida pública da Argentina encontra-se com os níveis mais altos de todo o período.

Figura 4. Dívida bruta do Setor Público não-financeiro - Em % do PIB



Fonte: CEPAL, Dipres, SIAFI, DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino. Elaboração Própria.

A dívida bruta dos governos centrais também aumentou, em média, de 33,9% do PIB em 2010 para 55,2% do PIB em 2018. Na Argentina a variação entre 2017 e 2018 foi de 50%, a nível nacional, a situação na Argentina é particularmente notável, visto que o nível da dívida vem aumentando consideravelmente. Excluindo a Argentina da comparação média, a dívida pública do período pré-crise foi 33,66% para 38,14% do PIB no período pós-crise.

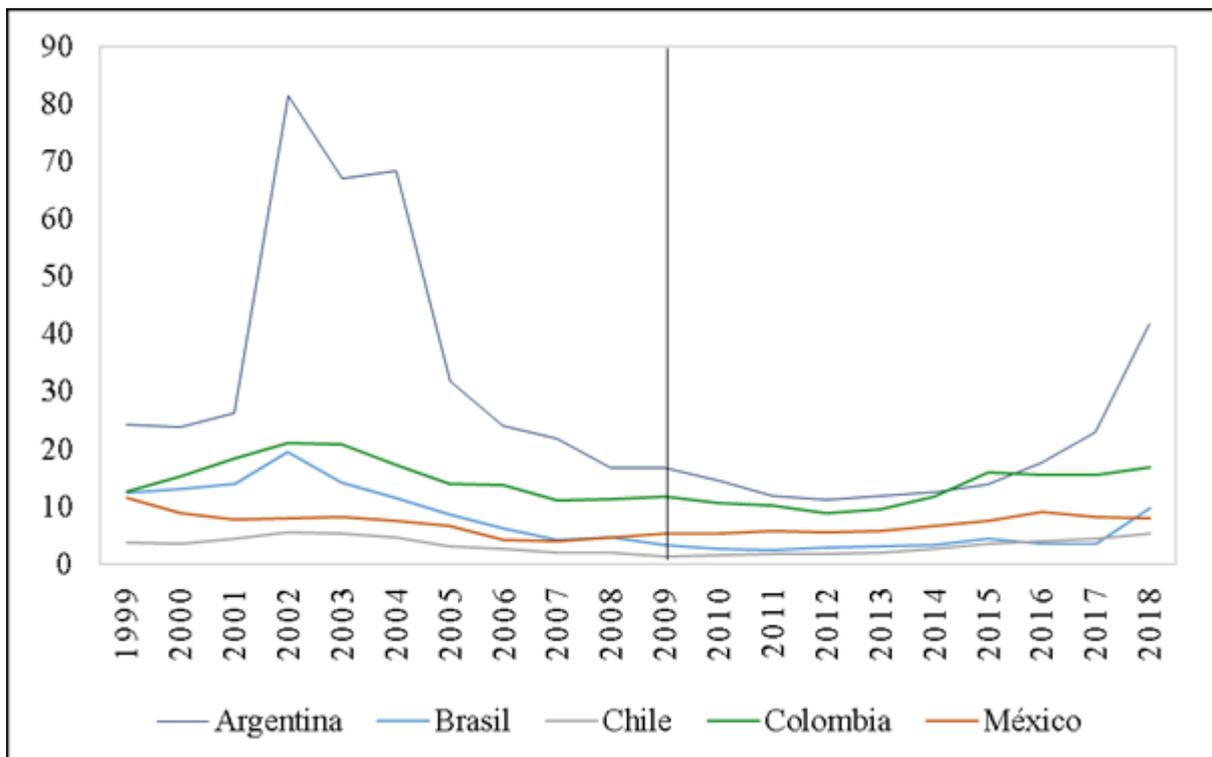
Tabela 5. Média da Dívida pública total do Governo Central –
Em % do PIB, por período

País	1999-2008	2009	2010-2019
Argentina	82,59	55,40	51,03
Brasil	64,70	59,60	62,37
Chile	10,07	5,80	16,37
Colômbia	39,53	38,10	41,73
México	20,35	27,50	32,10
Média do Grupo	43,45	37,28	40,72

Fonte: CEPAL, Dipres, SIAFI, DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino. Elaboração Própria.

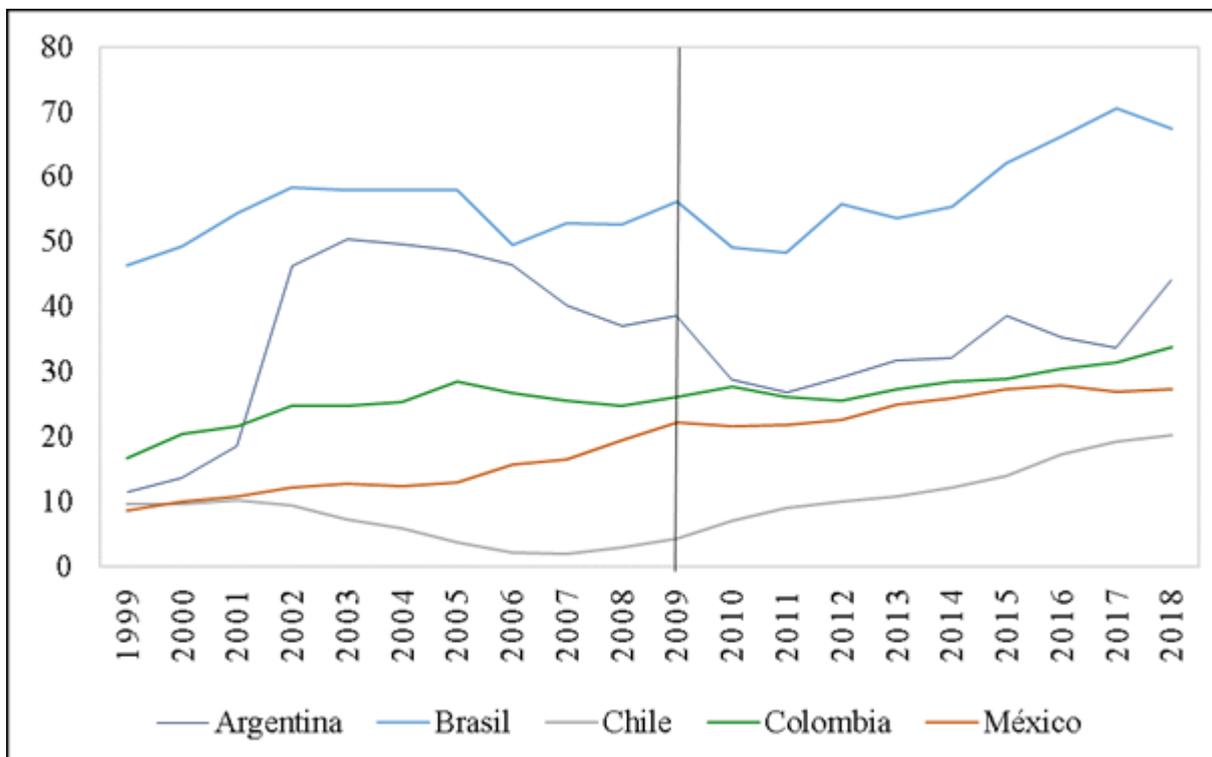
No Brasil, de 2004 a 2011 houve redução da dívida externa pública - de 11,5% para 2,5%. Como mostra a figura 6, a dívida interna pública está agora em níveis recordes e os ajustes fiscais foram implementados por meio de despesas públicas mais altas e receitas públicas ainda maiores. A dívida interna do Governo Central chegou a 70,5% do PIB em 2019 - crescimento de mais de 50% desde 1999.

Figura 5. Dívida Externa bruta do Governo Central - Em % do PIB



Fonte: CEPAL, Dipres, SIAFI, DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino. Elaboração Própria.

Figura 6. Dívida Interna bruta do Governo Central - Em % do PIB



Fonte: CEPAL, Dipres, SIAFI, DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino. Elaboração Própria.

O destaque aqui vai para o Chile, com o menor nível de endividamento. Após a crise da dívida no início dos anos 1980, a única maneira de pagar o serviço da dívida e evitar a volatilidade era gerar superávits fiscais. Caputo Saraiva (2021) mostram que isso tem sido feito de forma sistemática desde 1987 e, como consequência, permitiu ao Tesouro pagar o serviço de sua dívida externa e interna (com o BC). O país evitou deixar de pagar sua dívida externa, principalmente privada. O custo dessa estratégia foi assumido pelo BC pela autoridade fiscal (Tesouro Nacional), que assumiu, de fato, as obrigações de dívida do setor privado. Para evitar diluição da dívida e problemas de liquidez, as obrigações da dívida foram indexadas e definidas para horizontes longos. Agora, essas dívidas têm que ser pagas, e a única maneira de conseguir isso é gerando superávits fiscais.

A Colômbia assumiu o compromisso com uma regra fiscal explícita que restringe o exercício da política fiscal a um horizonte de dez anos, e apresenta ao governo um teto de dívida. O sucesso desse arranjo em garantir a estabilidade das finanças públicas tem sido evidente na estabilidade da taxa de juros implícita sobre a dívida pública (interna e externa) em meio à crise financeira global de 2008-2009 e a capacidade contínua do governo central de financiar déficits primários ao longo do período. Na verdade, pela primeira vez, o BC colombiano foi capaz de implementar uma política anticíclica e reduzir sua taxa de juros à medida que o crescimento da economia diminuía. Tanto a despesa com juros como o estoque da dívida externa diminuíram gradualmente, enquanto a despesa com juros e o estoque da dívida interna estabilizaram.

A crise argentina incluiu uma grande crise bancária, um calote da dívida e o final traumático do conselho monetário. A partir do início da década de 1990, quando o governo recuperou o acesso aos mercados internacionais, a dívida começou a crescer novamente. Este aumento persistente da dívida continuou até a crise de 2001. Nesse ponto, a evolução da dívida é caracterizada por um aumento acentuado de 2002 a 2004 e uma redução drástica em 2005. Essas flutuações representam o custo fiscal da crise e a subsequente renegociação da dívida. Em 2011, a dívida do governo estava no valor que tinha antes da crise de 2001: 38,9% do PIB. Porém, a dívida aumentou novamente à medida que o déficit fiscal crescia. Uma vez que uma fração da dívida inadimplente em 2001 ainda estava inadimplente até 2016, a maior parte da nova dívida emitida era interna.

Após o acordo final no início de 2016, o governo recuperou o amplo acesso ao endividamento externo, e o aumento do déficit nos últimos anos explica o correspondente aumento acentuado da dívida total. Essas flutuações representam o custo fiscal da crise e a

subsequente renegociação da dívida. Importante destacar que na Argentina, assim como no Brasil e no México, os instrumentos que incorporam taxas flutuantes ou variáveis representam um percentual maior da dívida total do que nos demais países. Nesse caso, a variação das taxas de juros tem um impacto maior sobre o pagamento de juros de curto prazo e sobre a dívida pública.

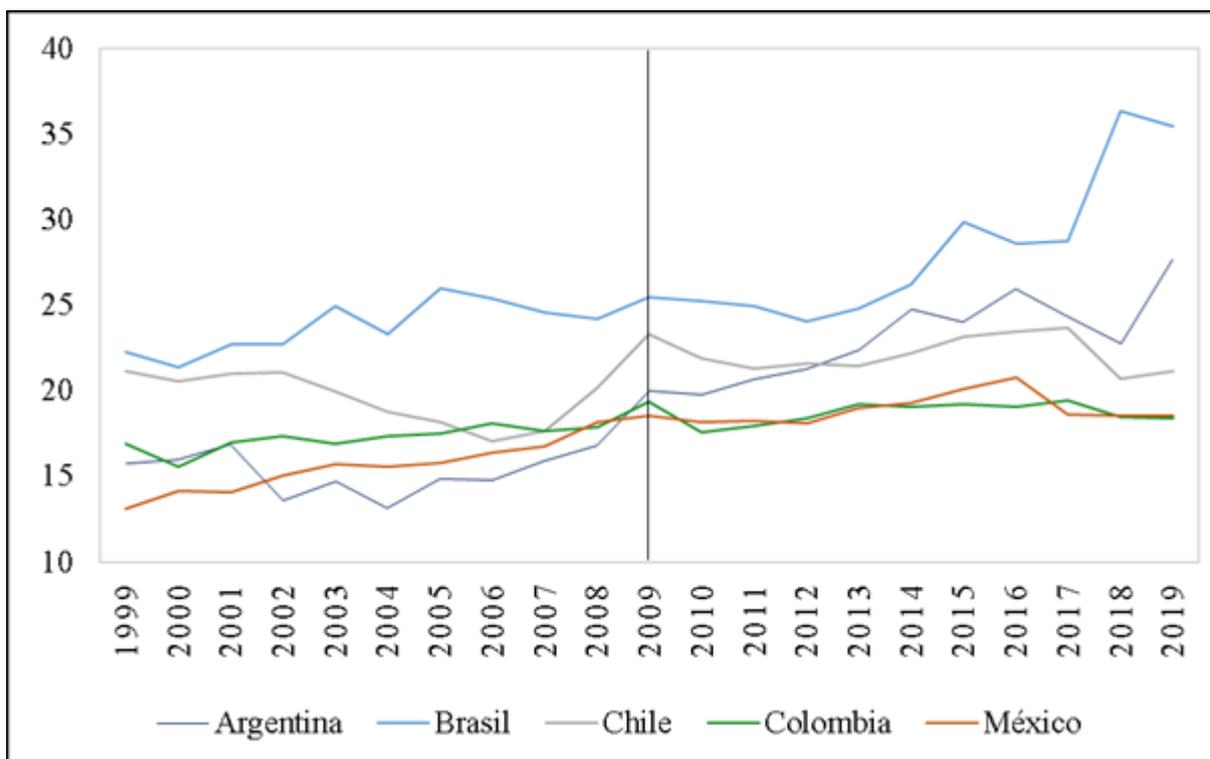
De forma geral, a tendência é de aumento da dívida pública como um todo, e em moeda local, evidenciando problemas futuros que os países terão de enfrentar.

5.2.3 Análise das Despesas Fiscais

O gasto total médio do grupo caiu em 2018, mas cresceu bastante em 2019 para a Argentina e tem seguido uma trajetória de crescimento para o Brasil - apesar dos ajustes fiscais. A despesa total vem crescendo principalmente por causa do pagamento de juros. O Brasil apresenta o maior nível de despesa, assim como também de receita - dentro do nosso grupo de comparação.

Ao mesmo tempo, os diferentes componentes do gasto público seguiram tendências muito diferentes entre os países. À luz das condições macroeconômicas complexas e da maior incerteza, os países continuaram os esforços para equilibrar suas contas fiscais em 2018. Esses esforços adicionais refletem a preocupação com a sustentabilidade da dívida pública, especialmente na Argentina e no Brasil. Ao mesmo tempo, é crescente o reconhecimento da necessidade de fazer face aos desafios decorrentes do setor externo, nomeadamente no que diz respeito ao acesso aos mercados financeiros internacionais e maiores custos de financiamento, fruto do maior risco soberano e da volatilidade cambial, entre outros fatores.

Figura 7. Despesa total do Governo Central - Em % do PIB



Fonte: CEPAL, Dipres, SIAFI, DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino. Elaboração Própria.

Em relação à Colômbia, como já destacado, a nova constituição comprometeu o governo central a transferir recursos crescentes para os governos regionais, que por sua vez os gastariam em bens e serviços públicos no nível local. Os compromissos de transferência previstos na constituição para os governos regionais causaram um rápido aumento nos gastos do governo central, principalmente na seguridade social (OCAMPO; GAVIRIA, 1997). O tamanho do governo - em termos de despesa - quase dobrou entre 1991 e 1999, à medida que a proporção dos gastos do governo central em relação ao PIB aumentou de 8,9% para 16,9%.

A constituição de 1991 impôs muitos mandatos ao governo colombiano sem combiná-los com a geração de renda. Vários autores documentaram os custos fiscais de muitos mandatos constitucionais relativos ao pagamento de pensões, prestação de serviços de saúde, indexação de salários, fornecimento de habitação acessível e hipotecas subsidiadas, entre outros. Se, por um lado, a constituição comprou estabilidade monetária, o custo fiscal foi, no entanto, substancial.

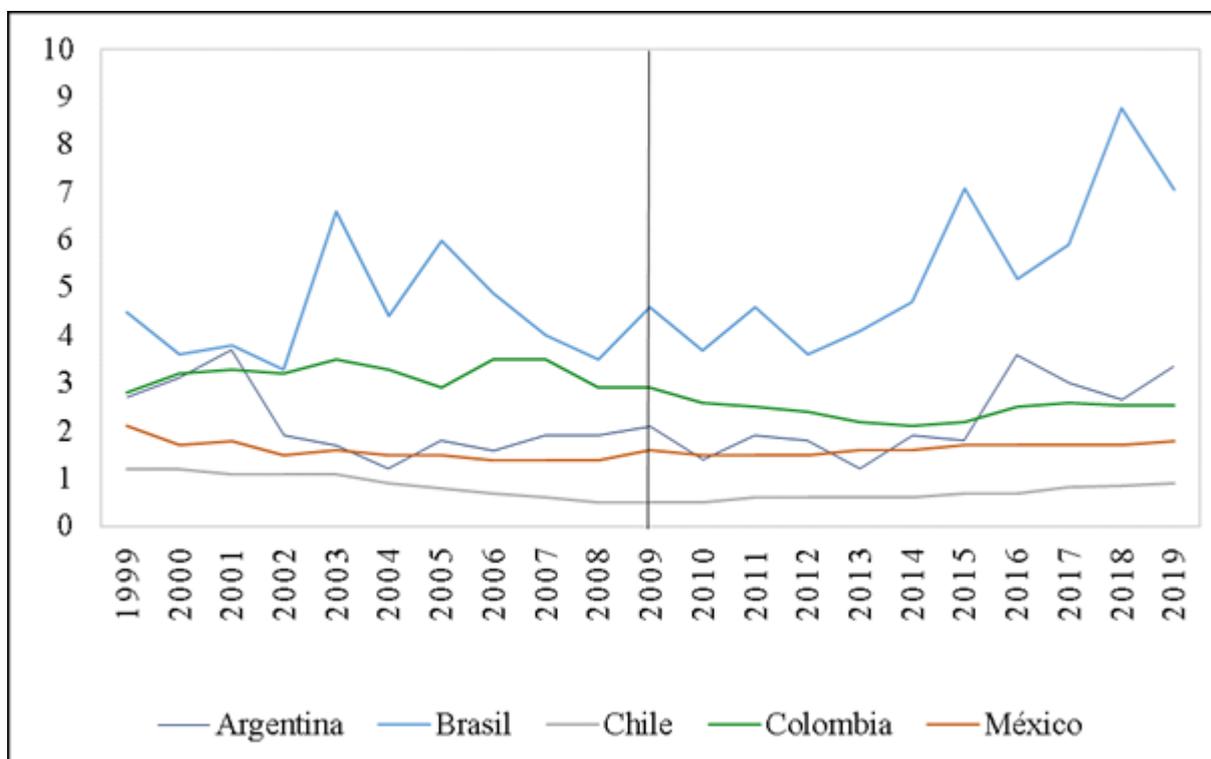
No Brasil, as finanças públicas deterioraram-se significativamente após a crise de 2008, à medida que o crescimento dos gastos reais, não mais corroído pela alta inflação, ultrapassou

significativamente o das receitas. O saldo primário do setor público consolidado deteriorou-se significativamente, passando para o déficit.

Apesar desses diferentes padrões de gastos, a composição dos gastos totais mudou tanto no nível regional quanto em cada grupo de países: os pagamentos de juros aumentaram, enquanto as despesas correntes primárias e de capital diminuíram. Em média, os pagamentos de juros foram de 2,5% do PIB em 2008 para 3,3% em 2018. O pagamento de juros acelerou em 2018 3,3%, ante 2017 2,8%, mas 2019 3,13% aumentando em média. Essa tendência foi acompanhada por uma mudança na composição do gasto público. Como resultado, o pagamento de juros representou 15% do gasto total desses países, o maior nível desde 2003 (16,3% do PIB).

Nesse contexto, o processo de ajuste fiscal enfraqueceu o papel do setor público. Tendo em vista que esse cálculo é feito com base na média ponderada da região, o resultado reflete principalmente o desempenho da despesa corrente primária no Brasil, onde houve um ligeiro aumento da variação em 2018. Na figura 8 temos a série com o pagamento de juros, em % do PIB, para todo o período.

Figura 8. Pagamentos de Juros do Governo Central - Em % PIB

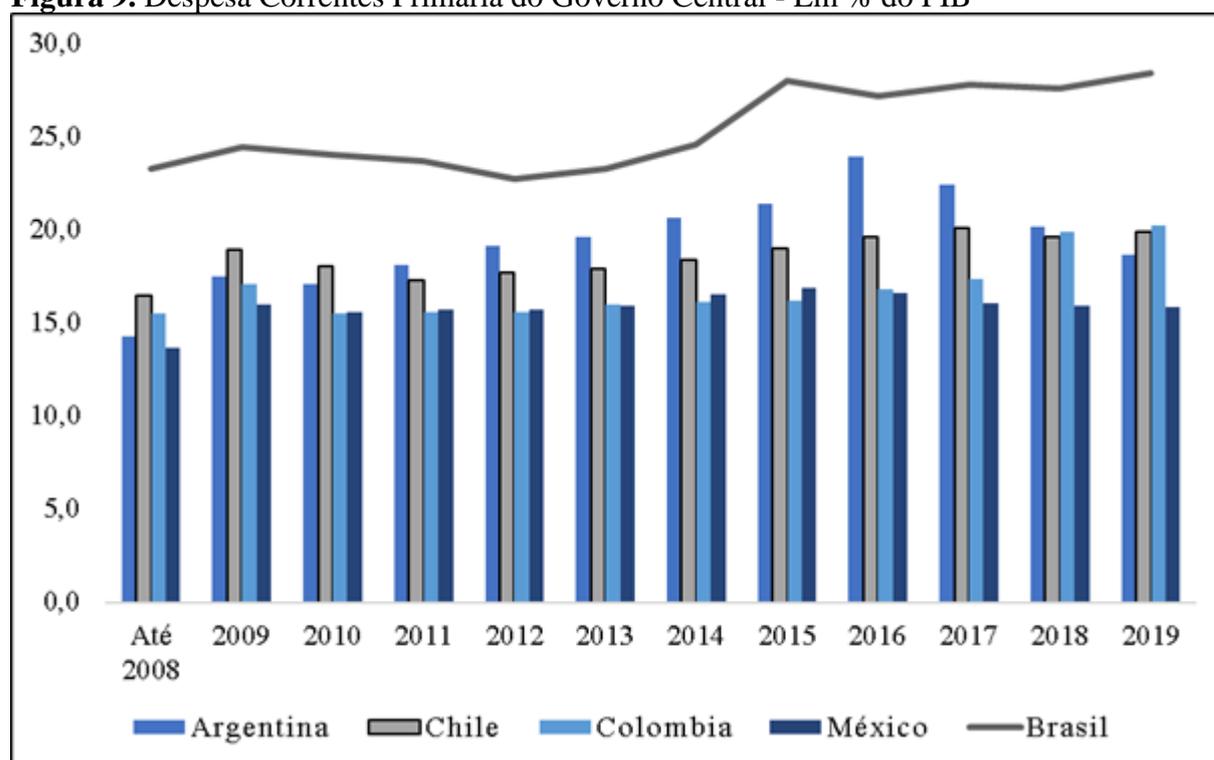


Fonte: CEPAL, Dipres, SIAFI, DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino. Elaboração Própria.

Com relação a determinados países, o Brasil ainda apresenta o maior pagamento de juros da região, com 8,76% em 2018 e 7,05% em 2019 do PIB, seguido pela Argentina e, com 2,66% 3,35% do PIB, respectivamente. A principal razão para essas altas taxas foi o montante considerável da dívida que venceu em 2018. Em contraste, o Chile registrou pagamentos de juros inferiores a 1% do PIB.

Houve variações significativas do gasto primário corrente no nível nacional em vários países. Na Argentina, a queda neste componente do gasto público foi resultado de cortes orçamentários - como parte do grande ajuste fiscal necessário para atingir as metas acordadas com o FMI -, com transferências e pagamentos de salários em particular reduzidos. Da mesma forma, a redução das transferências na Colômbia foi fundamental para a queda da despesa corrente primária.

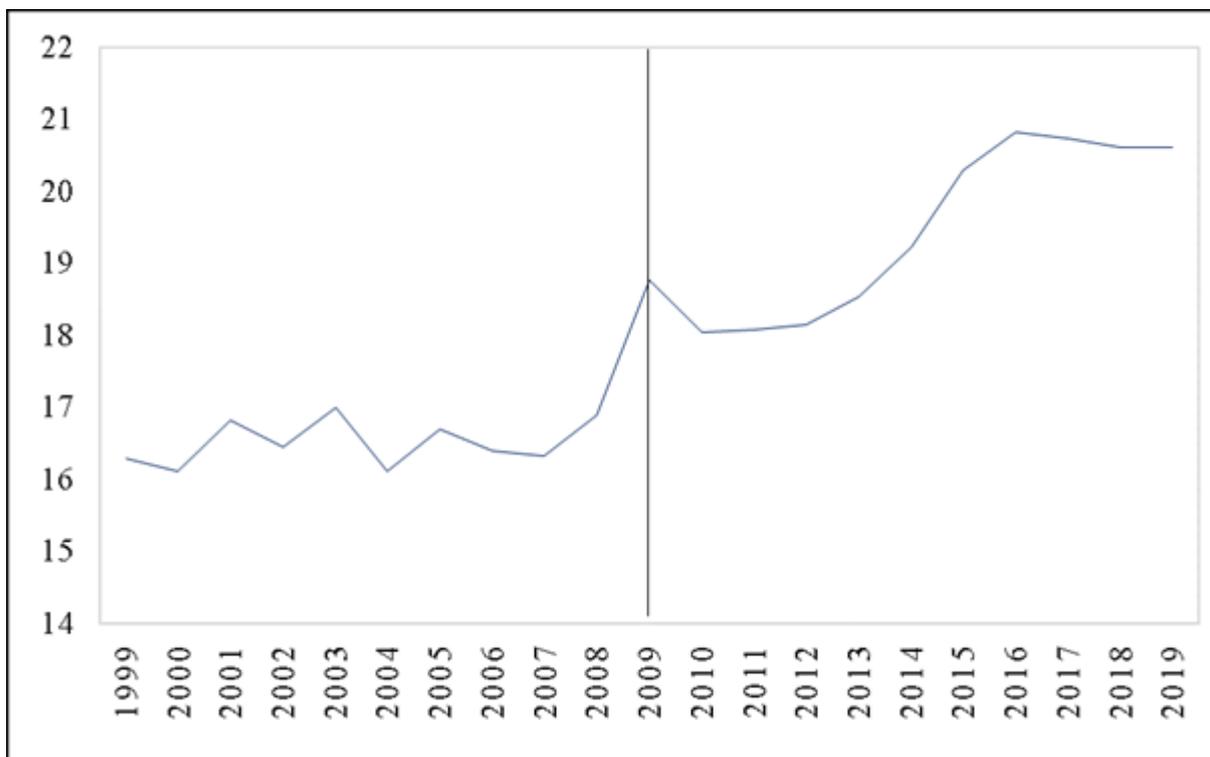
Figura 9. Despesa Correntes Primária do Governo Central - Em % do PIB



Fonte: CEPAL, Dipres, SIAFI, DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino. Elaboração Própria.

A despesa corrente primária média dos países latino-americanos manteve seu valor de 2017 em 2018, a 15,4% do PIB. No entanto, as tendências variaram entre os diferentes grupos de países.

Figura 10. Crescimento médio da Despesa Primária do Governo Central - Em % do PIB, cinco países



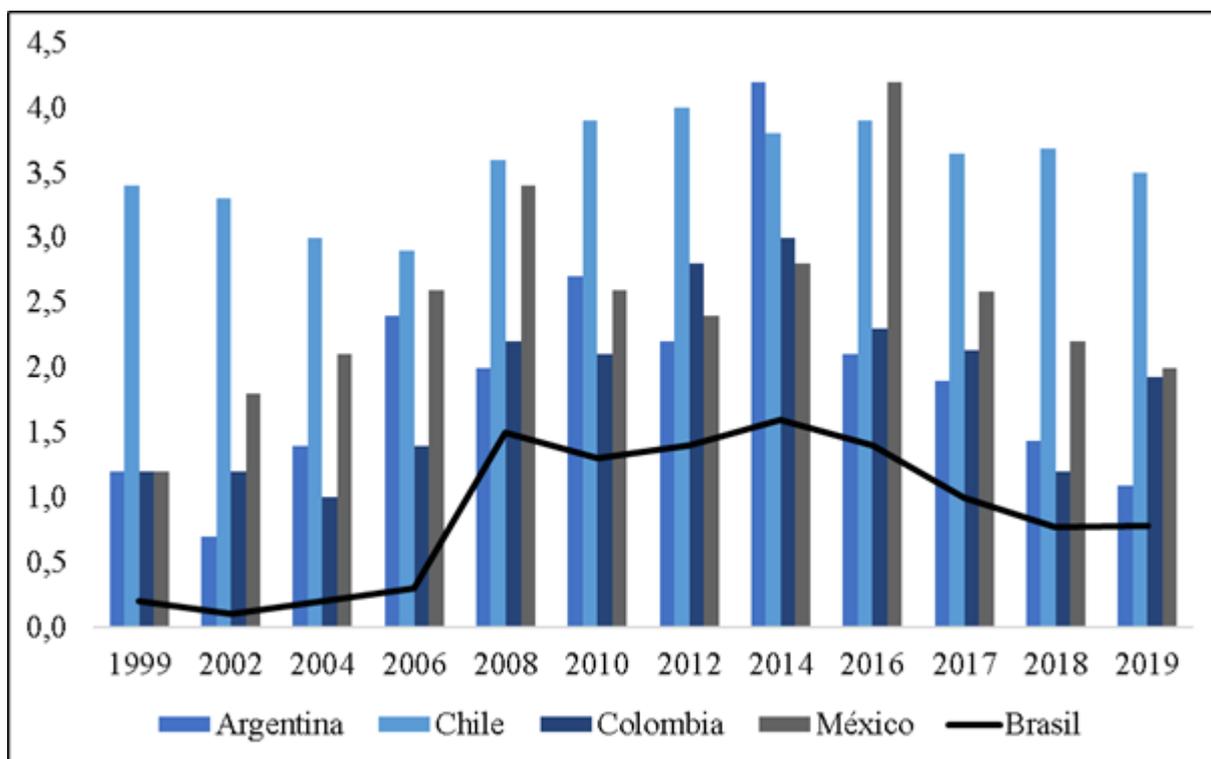
Fonte: CEPAL, Dipres, SIAFI, DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino. Elaboração Própria.

A característica mais notável desta tendência de contenção de gastos foi a forte contração das despesas de capital, que impactou o crescimento da despesa primária e, assim, reduziu a sua contribuição para o crescimento econômico. A nível nacional, os resultados foram muito variados, refletindo as diferentes situações macroeconômicas e fiscais dos países com respeito aos níveis de endividamento.

A contribuição do setor público para o crescimento do PIB não se limita ao consumo, mas também inclui despesas de capital — investimento público. O peso econômico das despesas de capital diminuiu novamente em 2018. Como ilustra a figura 11, as despesas de capital médias caíram de 3,6% do PIB em 2017 para 3,2% em 2018. O gasto de capital caiu na maioria dos países latino-americanos. Especificamente, houve contrações de 0,5% do PIB ou mais na Argentina (0,6%) e México (0,5%). No México, a diminuição das despesas de capital é o resultado de um menor investimento financeiro, visto que o investimento orçamentário físico aumentou ligeiramente.

Esse componente do gasto público de capital atingiu seu nível mais baixo desde 2007 (1,86% do PIB em 2019), após uma média de 2,9% entre 2000 e 2006. Tudo isso sugere que há pouco espaço para novos cortes.

Figura 11. Despesa de Capital do Governo Central - Em % do PIB



Fonte: CEPAL, Dipres, SIAFI, DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino. Elaboração Própria.

A contração do gasto primário mais do que compensou o aumento no pagamento de juros e levou a uma redução nos gastos totais. Apesar dessa redução, o déficit geral permaneceu relativamente estável devido à tendência constante da receita total da região. Porém, essa queda nos gastos correntes primários, pode exercer também uma pressão baixista sobre os gastos sociais.

A desaceleração em andamento na última década, em meio a condições macroeconômicas incertas tem afetado também as medidas de redistribuição pública que devem ser ajustadas em termos de provisão e cobertura de gastos sociais públicos, transferências intergovernamentais e diferentes instrumentos fiscais que financiam esses gastos.

Os gastos sociais dos governos com saúde e educação cresceram significativamente no período 2000-2017, de 8,5% em 2000 e atingindo 11,2% em 2017. No entanto, a taxa de crescimento desacelerou nos últimos anos, os níveis de gastos permanecem muito mais baixos

do que em países desenvolvidos, e grandes desafios persistem no financiamento das políticas públicas (CEPAL, 2019).

Ajustes de apuração em conformidade com o GFSM 2014 É importante destacar que são realizados alguns ajustes no valor final da COFOG para adaptá-lo ao valor da despesa apurado de acordo com o GFSM 2014. O total da despesa da COFOG deve ser igual ao total da despesa somada ao investimento líquido em ativos não financeiros. Entre os ajustes destacam-se: - Contribuições sociais imputadas dos empregadores: diferença entre os benefícios sociais pagos pelo governo diretamente aos seus servidores (beneficiários do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS) sob a forma de aposentadorias, pensões etc. e as contribuições recebidas sob a forma de PSS, pensão militar, montepio civil etc. É feita uma regra de distribuição desta rubrica de acordo com a contribuição social efetiva; - Alienação de ativos não financeiros: como o investimento é calculado pela diferença entre aquisição e alienação de ativos não financeiros, foi criada uma regra para exclusão dessas receitas das despesas de investimento classificadas na COFOG; e - Pagamento de passivos: foram excluídos os pagamentos dos débitos da União referentes aos anos de 2010 a 2014 realizados em 2015 junto ao Banco do Brasil (BB), ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) dado que é utilizado o conceito de competência para a apuração da despesa.

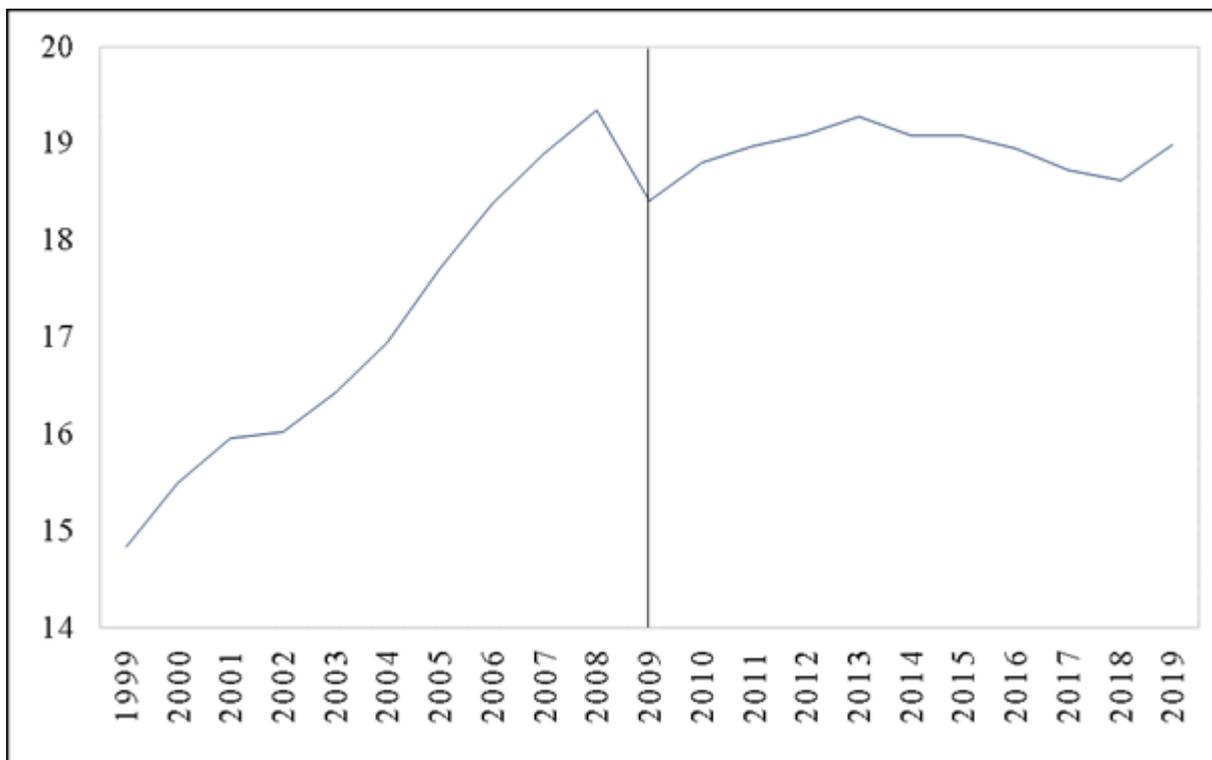
Esta análise é particularmente relevante na situação atual, caracterizada por um contexto macroeconômico incerto, uma desaceleração nas melhorias redistributivas alcançadas nos últimos anos, uma queda nos gastos públicos correntes e um aperto do espaço da política fiscal, tanto a nível de governo central como subnacional.

5.2.4 Análise das Receitas Fiscais

Nos vinte anos analisados, a média da receita total entre os cinco países do nosso grupo variou entre 14,8% e 19,3% do PIB. O ritmo de crescimento da receita total média foi interrompido em 2009, onde há redução brusca no nível das receitas: de 19,35% em 2008 para 18,42% em 2009 - consequência da crise financeira. A partir desse evento, o período pós-crise foi caracterizado por um nível constante da receita média do grupo e praticamente inalteradas na comparação entre 2017 e 2018 - passou de 18,72% para 18,63%, respectivamente. Recentemente, em 2019, se apontando um aumento em 2019 para 18,99%, que, como veremos, essa estabilidade é desmentida por tendências opostas entre os países da região. O

comportamento pode ser acompanhado na figura 14, que mostra a média da receita total do grupo para todo o período.

Figura 12. Crescimento médio da Receita total do Governo Central - Em % do PIB, cinco países



Fonte: CEPAL, Dipres, SIAFI, DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino. Elaboração Própria.

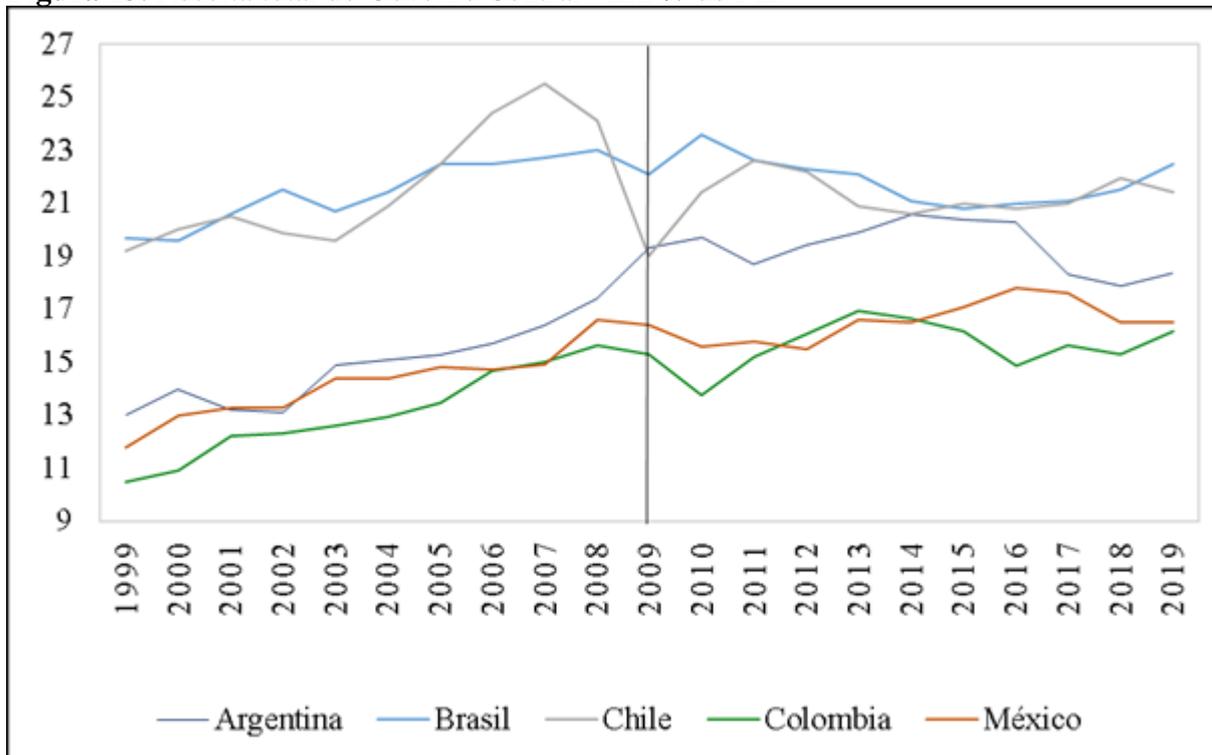
O Brasil foi o que teve o maior nível de receitas públicas durante todo o período analisado, somente ultrapassado por Chile nos anos de 2006, 2007 e 2008 - anos em que tivemos o boom das commodities. A evolução da receita total em % do PIB para todos os países está exposta na figura 15.

As piores quedas de receita pública foram observadas em 2011 no Chile (-21,1% em relação ao ano anterior) e Colômbia em 2012 (-10,03% em relação a 2010). Por outro lado, as variações mais altas - em relação ao ano anterior - foram registradas na Argentina em 2005 (13,74%) e no Chile em 2012 (12,63%).

Por um lado, as receitas totais caíram fortemente como um todo de 2008 para 2009 devido à crise internacional. Já a redução de 2017 para 2018 foi influenciada pela redução das receitas fiscais. Por outro lado, essa redução foi em grande parte compensada por cortes de gastos primários, que afetaram principalmente os gastos de capital, como já visto. Brasil e Chile

tiveram um aumento no nível da receita de 2017 para 2018 - que é explicado principalmente por um melhor desempenho macroeconômico e o impacto positivo dos preços mais altos das *commodities* sobre as receitas fiscais.

Figura 13. Receita total do Governo Central - Em % do PIB



Fonte: CEPAL, Dipres, SIAFI, DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino. Elaboração Própria.

No entanto, esse resultado esconde divergências significativas nas tendências de receita nos principais países considerados. Por um lado, as receitas caíram no México (de 17,6% do PIB em 2017 para 16,5% em 2018), como resultado de uma redução nas receitas não fiscais - em alguns casos devido à base comparativa do ano anterior quando foram recebidas receitas extraordinárias - e receitas fiscais decrescentes, especialmente de impostos ligados ao consumo.

As receitas totais caíram consideravelmente (mais de 0,5% do PIB) na Argentina 2016 para 2017 (-9,85%), e México de 2015 para 2016 (-7,85%). Em geral, havia dois fatores influenciados pela desaceleração econômica em alguns países.

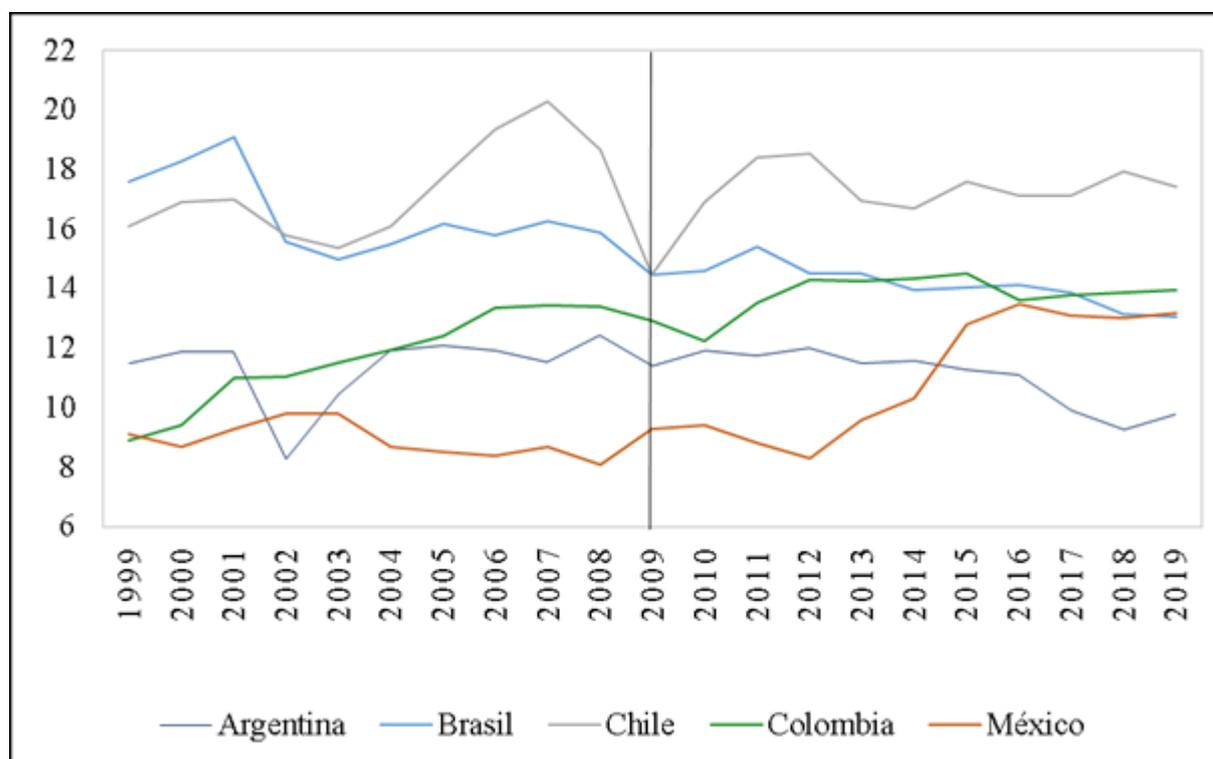
Na Argentina, a queda nas receitas totais pode ser explicada em grande parte pelo desempenho das receitas fiscais, que refletem uma queda no pagamento do imposto de renda - em linha com o padrão de atividade econômica - bem como na elevada base de comparação com 2016, quando 0,4% do PIB foi recebido no âmbito do programa de anistia fiscal.

As receitas totais do México diminuíram devido à redução das receitas não-tributárias e à redução das receitas tributárias, especialmente dos impostos sobre o consumo. No México, a redução ano-a-ano da receita total reflete principalmente a queda das receitas não fiscais. Em particular, houve um efeito calendário nesta variação devido à transferência do superávit operacional do Banco do México, equivalente a 1,5% do PIB em 2017. No entanto, esta queda foi parcialmente compensada por um aumento nas receitas vinculadas ao hidrocarboneto da indústria, em linha com a alta do preço internacional do petróleo bruto ao longo do ano.

Enquanto isso, os países da América do Sul registraram um aumento nas receitas públicas em 2019 como resultado do maior número na arrecadação de impostos e do crescimento das receitas fiscais de recursos naturais não renováveis.

Houve aumentos de 0,5% do PIB ou mais no Brasil, Chile. A análise desses países sugere que três fatores principais estão por trás de seus ganhos: aumento da arrecadação do imposto de renda, maior receita relacionada ao comércio exterior e alguns fatores não recorrentes específicos de cada país.

Figura 14. Receita Tributária do Governo Central - Em % do PIB



Fonte: CEPAL, Dipres, SIAFI, DGPM, Secretaría de Hacienda y Crédito Público del México, Página Oficial do governo Argentino. Elaboração Própria.

A recuperação econômica da região no período pós-crise, associada a uma evolução favorável dos preços das *commodities*, originou um aumento da receita do IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ou do IVA em vários países. As receitas deste imposto aumentaram significativamente no Chile. Também em 2018, a melhora na arrecadação desse imposto no Chile também foi afetada pelo imposto incidente sobre a venda de ações de uma empresa do país.

Do lado das receitas públicas, apesar do processo de mudanças ter tomado rumos diferentes em cada local, analisando de uma perspectiva de longo prazo, podemos identificar dois momentos importantes com movimentos de reformas tributárias CEPAL (2019). São exemplos dessa primeira geração de reformas tributárias: a privatização de empresas públicas, os esforços para o controle inflacionário - que afetou o controle das finanças públicas - ARG, BRA, COL -, a consolidação do imposto sobre o valor agregado (IVA) - ARG, MEX, COL - CHI), com a abertura comercial (BRA), a eliminação de impostos sobre o comércio internacional, a extinção de impostos menores.

Isto permitiu-lhes resistir com sucesso aos efeitos da crise financeira de 2008 e 2009 e, nos anos seguintes, continuar a elevar a sua carga fiscal média, apesar do abrandamento acentuado do ritmo de crescimento econômico. Reformas tributárias inovadoras recentes, como as do México (2013), Chile (2014) e Colômbia (2016), reafirmaram a ânsia dos países da região em aumentar os montantes de recursos de que dispõem sem negligenciar a questão da equidade.

No entanto, após percorrer este longo caminho e apesar das significativas conquistas alcançadas, o consenso é que a maioria dos países da região continua a sofrer com as fragilidades estruturais na área das receitas públicas, que impedem que essas receitas se consolidam como alicerce do financiamento do Estado e distorcem os seus potenciais efeitos econômicos. Existem vários obstáculos, os níveis de receita na maioria dos países permanecem abaixo de seu potencial: não apenas por causa de deficiências na concepção e administração de impostos, mas principalmente por causa das altas taxas de evasão fiscal, tanto interna quanto internacionalmente, e a existência de substanciais despesas fiscais. O imposto de renda de pessoa física continua sendo o calcanhar de Aquiles dos sistemas tributários da região, com taxas marginais superiores muito mais baixas do que as encontradas em países desenvolvidos, níveis excessivos de isenções em alguns casos, tratamento diferenciado para a renda de capital e taxas inadmissíveis de incumprimento.

Tudo isso leva a outra grande lacuna regional: a limitada capacidade redistributiva de tributação, com estruturas tributárias dominadas por impostos indiretos regressivos, embora,

apesar dos avanços nesse sentido na última década, a AL continue a ser a região mais desigual do mundo.

As receitas fiscais derivadas do cobre parecem explicar uma fração importante das transferências para os anos em torno de 2005. Uma possível explicação adicional para essas altas transferências é que podem constituir ativos acumulados pelo estado para serem utilizados quando o ciclo for adverso ou o preço do cobre cair. Em suma, as transferências neste período vão para fundos de riqueza.

Na Colômbia as receitas fiscais não aumentaram no mesmo ritmo, gerando um déficit primário crescente. Em 1999, o déficit fiscal atingiu 6,4% do PIB, a marca mais alta de nossa amostra. Isso foi conseguido por meio de uma reforma dos acordos de transferência para os governos regionais e uma série de reformas tributárias iniciadas em abril de 2000, que aumentaram gradualmente a receita tributária

No que diz respeito ao IR - imposto de renda, embora tenha havido progresso nos últimos anos, as receitas do imposto de renda pessoal permanecem muito baixas nos países da região (cerca de 1,6% do PIB em média em 2017) e tiveram um impacto insignificante em termos de eficiência e equidade (CEPAL, 2017, OCDE, 2018).

As taxas marginais de imposto, que geralmente são mais baixas do que as taxas dos países desenvolvidos, têm sido reduzidas continuamente. Além disso, o grande número de isenções, abatimentos pessoais, renúncias fiscais e regimes simplificados corrói a base tributária e, portanto, leva à redução das receitas. Altos níveis de evasão e incumprimento são outro fator que ajuda a explicar o fraco desempenho do imposto de renda. No que diz respeito aos impostos sobre a riqueza, os impostos sobre a propriedade têm historicamente sido de menor importância nos países latino-americanos e, na verdade, praticamente ausentes das discussões sobre os instrumentos fiscais disponíveis para melhorar o impacto distributivo dos sistemas tributários na região (CEPAL, 2016).

A capacidade de equalização dos sistemas de transferência não melhorou nos países da região na última década (MUÑOS; RADICS; BONE, 2016; BROSIO; JIMENEZ; RUELAS, 2015) e pode-se verificar que, em geral, esses sistemas se redistribuem sem ter em conta a capacidade fiscal ou o montante exato de despesas necessárias, o que prejudica o seu potencial de equalização.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos principais obstáculos encontrado para o estudo dos países da AL, principalmente em relação ao comportamento da política fiscal, tem sido o de obtenção de bases de dados consistentes nos países da América Latina. Ainda hoje, há grandes dificuldades de obtenção de dados que cubram os governos locais e o governo central, respeitando as especificidades e características de cada país. A principal fonte de dados fiscais foi por muito tempo o FMI, o qual é limitado aos governos centrais e possui grandes lacunas. Atualmente outras fontes complementam os dados do FMI, como por exemplo os dados disponibilizados pela OCDE e pelo BIRD.

Esse conjunto de informações apresentadas representa um avanço significativo no desenvolvimento de padrões de compilação e apresentação de estatísticas fiscais, bem como uma tendência mundial na busca pela transparência nas finanças públicas.

Uma melhor análise seria propiciada por indicadores ajustados ao ciclo, como foi o caso do Chile - porém ainda tais metodologias estão em profunda revisão e são de difícil aplicação sem um conhecimento detalhado de cada país, visto que entre outras coisas é preciso identificar eventos não-recorrentes, além dos componentes cíclicos da evolução dos principais indicadores fiscais, a importância dos entes subnacionais e os recursos destinados a dimensões que elevem a qualidade de vida dos indivíduos - ou seja, em educação e saúde.

Em relação às conclusões impostas pelo estudo das estatísticas fiscais desses países, temos a política fiscal empregada por cada país apresentou peculiaridades e características distintas, entrelaçadas com a trajetória histórica e econômica que cada país possui, moldando diferentes formas de enfrentamento e superação econômica em momentos de crise. Assim, a crise internacional de 2008 afetou todos os países, mas de formas e maneiras diferentes - apesar do contexto internacional e os problemas serem os mesmos, a recuperação e a intensidade com que cada país foi afetado também o são.

O legado duradouro da *pink tide* pode ter mudado a localização do centro do espectro político da AL forçando candidatos de direita e governos sucessivos a adotarem administrações mais socialmente conscientes. Porém, cada um dos governos teve reações diferentes, como os maiores gastos sociais na Argentina e menores na Colômbia.

Alguns obstáculos são notáveis no percurso dos países. O governo brasileiro intervém nas estatais na tentativa de controlar a inflação por meio do controle dos preços administrados. A principal razão para esta intervenção é que o governo não queria arcar com o ônus político de reportar taxas de inflação mais altas, uma vez que foi o próprio governo que

pressionou o banco central para reduzir as taxas de juros nominais. Embora o ajuste fiscal tenha sido substancial e tenha marcado um período prolongado de superávits primários significativos, ele permaneceu inadequado em termos de qualidade e sustentabilidade. Baseava-se principalmente em aumentos nas receitas, em parte refletindo a adoção de impostos distorcivos, como um imposto sobre transações financeiras, e em parte devido a fatores cíclicos relacionados com o *boom* dos preços das *commodities* na primeira metade dos anos 2000. As despesas continuaram a aumentar, refletindo aumentos no emprego público e nos salários, e especialmente o crescimento dos programas de direitos, como resultado da não adoção das reformas necessárias nas pensões.

Já no Chile, a regra ajustada ao ciclo econômico foi bastante importante. A regra visou gerar poupança em tempos de prosperidade para pagar dívidas contraídas em tempos de recessão, suavizando o ciclo econômico e garantindo sustentabilidade às finanças públicas. Ao mesmo tempo, por ser uma regra conhecida e transparente, reduz a incerteza dos agentes econômicos quanto ao comportamento futuro das finanças públicas e estabiliza a despesa pública em áreas econômica e socialmente sensíveis, como o investimento e a despesa social.

Contudo, uma série de violentos protestos contra a austeridade de medidas de desigualdade de renda espalhadas por toda a AL também têm ocorrido recentemente, incluindo os 2019-2020 protestos chilenos, e 2019-2020 protestos colombianos. Por causa de sua magnitude e persistência, os níveis de desigualdade são de particular preocupação para a AL. Progressos significativos foram feitos nas tendências distributivas no nível regional na última década, no entanto, em termos internacionais, a AL continua sendo a região mais desigual do mundo (CEPAL, 2019).

Muitos países da região exigem ainda reformas tributárias - a fim de melhorar a progressividade dos sistemas tributários, mas as necessidades específicas variam de um país para o outro. Assim, dados os grandes avanços alcançados com as reformas tributárias, e o grau de consolidação de na maior parte das atuais estruturas fiscais da região, ainda não são suficientes.

Além disso, a questão do financiamento tem assumido um papel central e, entre as fontes alternativas disponíveis, a ênfase tem sido colocada na importância da mobilização de recursos internos. Expandir a base tributária, melhorar o desenho do sistema tributário, fortalecer as administrações tributárias e eliminar os canais usados para evasão fiscais são tarefas essenciais para melhorar o financiamento do desenvolvimento sustentável e do crescimento nos países da região.

Dadas as crescentes necessidades de financiamento da maioria dos países da região e as dificuldades que eles encontraram para tentar aumentar o volume disponível dos recursos internos, deve-se considerar uma série de instrumentos inovadores que possam não só gerar mais receita para o Estado, mas também oferecer a possibilidade de influenciar o comportamento privado, desestimulando práticas que comprometam o desenvolvimento sustentável ou estimulando ações que possam contribuir para esse objetivo.

Embora a onda conservadora tenha enfraquecido a *pink tide* e restaurado regimes de direita na AL ao longo da década de 2010, alguns países resistiram à tendência nos últimos anos e elegeram líderes não tão extremos, como o México com a vitória eleitoral de Andrés Manuel López Obrador em 2018 e Argentina, onde o atual presidente de direita Mauricio Macri perdeu contra o peronista de centro-esquerda Alberto Fernández nas eleições gerais argentinas de 2019.

Dada a extensão acerca do tema e das lacunas postas de estudos em relação a América Latina, ainda há muito o que se avançar nos estudos. Este foi apenas o passo inicial para futuros desdobramentos, visto que a consolidação dos dados e contextualização inicial está posta abre-se a possibilidade para implementação de modelos econométricos, como VAR ou VEC.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, J. **Will the Pink Tide Lift All Boats?** Latin American Socialisms and Their Discontents. 2017. Disponível em: <https://www.dsausa.org/democratic-left/will_the_pink_tide_lift_all_boats/>. Acesso: 06 fev. 2021.

ALAGIDEDE, P.; TWENEBOAH, G. **On the sustainability and synchronization of fiscal policy in Latin America.** *Latin American Journal of Economics*, [S. l.], v. 52, n. 2, p. 213–240, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.7764/LAJE.52.2>>. Acesso: 06 fev. 2021.

ALBEROLA, E.; KATARYNIUK, I.; MELGUIZO, A. **Fiscal Policy and the Cycle in Latin America: The Role**

ALESINA, A.; ARDAGNA, S. **The design of fiscal adjustments.** Cambridge, MA: [s. n.], 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.3386/w18423>. Acesso em: 26 jun. 2020.

ALESINA, A.; PEROTTI, R. **The Political Economy of Growth: A Critical Survey of the Recent Literature.** *The World Bank Economic Review*, vol. 8, no. 3: 351–371. Sl, 1994. Disponível em: <<http://documents1.worldbank.org/curated/en/383001468764673841/pdf/multi-page.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

ARESTIS, P.; SAWYER, M. **A critical reconsideration of the foundations of monetary policy in the new consensus macroeconomics framework,** *Cambridge Journal of Economics*, 32, issue 5, p. 761–779. 2008. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/article/oupCambje/v_3a32_3ay_3a2008_3ai_3a5_3ap_3a761-779.htm>. Acesso em: 26 jun. 2020.

ARTIS, M.; MIGUELEZ, E.; MORENO R. **Agglomeration Economies and Regional Intangible Assets: An Empirical Investigation.** *Journal of Economic Geography* 12 (6): 1167 - 1189. 2012

ATTINASI, G.; KLEMM, A. **The growth impact of discretionary fiscal policy measures.** *Journal of Macroeconomics*, [S. l.], v. 49, p. 265–279, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jmacro.2016.08.004>. Acesso em: 23 jun. 2020.

AYRES J.; GARCIA, M; GUILLEN, D; KEHOE, P. **A Monetary and Fiscal History of Latin America, 1960–2017.** Cap: “The case of Brazil”. ISBN 978-1-4529-6612-0. University of Minnesota Press, 2021. Minneapolis. Disponível em: <https://manifold.bfi.uchicago.edu/read/the-case-of-brazil/section/a3fd5ab8-87e5-49aa-b4a9-b4f4b682f359> Acesso em: 10 mar. 2021

BAILEY, D.; BERKELEY, N. **Regional Responses to Recession: The Role of the West Midlands Regional Taskforce.** *Regional Studies*, [S. l.], v. 48, n. 11, p. 1797–1812, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00343404.2014.893056>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

BALDWIN, R. **Does Sustainability Require Growth?** Goldin and L. A. Winters, eds., *The Economics of Sustainable Development.* Cambridge: Cambridge University Press, pp. 51–77, 1995.

BARRO, R. J. **On the Determination of the Public Debt.** *Journal of Political Economy*, v. 87, n. 5, Part 1, p. 940–971, 1979.

OMAR D.B.; JIMÉNEZ, J.P. **Política Fiscal Y Ciclo Economico En America Latina**, División de Desarrollo Económico - CEPAL XXI Seminario Regional De Política Fiscal. Santiago de Chile, 2009.

BLANCHARD, O. **The Economics of Post-Communist Transition**, Oxford: Oxford University Press, 1997. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/351194537_Resurgence_of_transition_economics_Brexit_as_an_expected_example_experience_and_lesson/link/608b17a5299bf1ad8d68e011/download>. Acesso em: 30 jun. 2020.

BLANCHARD, O.; DELL'ARICCIA, G.; MAURO P. **Rethinking Macroeconomic Policy**, IMF Staff Position Note, SPN/10/03, 2010. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/spn/2010/spn1003.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

CALVO, G.A.; IZQUIERDO, A.; TALVI, E. **Sudden Stops, the Real Exchange Rate, and Fiscal Sustainability: Argentina's Lessons.** *Monetary Unions and Hard Pegs*, edited by Volbert, 2004. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/en/publication/sudden-stops-real-exchange-rate-and-fiscal-sustainability-argentinas-lessons>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

CELASUN, O., GRIGOLI, F., HONJO, K. **Fiscal Policy in Latin America: Lessons and Legacies of the Global Financial Crisis.** Staff Discussion Note 15/06, International Monetary Fund, Washington, DC. 2015. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2015/sdn1506.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 202.

CEPAL, COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Fiscal Panorama of Latin America and the Caribbean**, 2018 (LC/PUB.2018/4-P), Santiago, 2018. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/b/ecr/col016/43406.html>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

_____. **Fiscal Panorama of Latin America and the Caribbean**, ECLAC, Santiago, 2016. LC/L.4140 85 p. Disponível em: <<https://www.cepal.org/en/publications/40090-fiscal-panorama-latin-america-and-caribbean-2016-public-finances-and-challenge>>. Acesso em: 07 jan. 202.

_____. **Fiscal Panorama of Latin America and the Caribbean**, ECLAC, Santiago, 2017 LC/PUB.2017/6-P ISBN: 9789211219449 108 p. Disponível em: <<https://www.cepal.org/en/publications/41047-fiscal-panorama-latin-america-and-caribbean-2017-mobilizing-resources-finance>>. Acesso em: 07 jan. 202.

_____. **Fiscal Panorama of Latin America and the Caribbean**, ECLAC, Santiago, 2019 LC/PUB.2019/8-P ISBN: 9789211220179 123p. Disponível em: <<https://www.cepal.org/en/publications/44517-fiscal-panorama-latin-america-and-caribbean-2019-tax-policies-resource>>. Acesso em: 07 jan. 202.

CÉSPEDES, L.F; PARRADO, E.; VELASCO, A. **Fiscal Rules and the Management of Natural Resource Revenues: The Case of Chile.** *Annual Review of Resource Economics* 6 (1): 105–132, 2014. Disponível em:

<<https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-resource-100913-012856?journalCode=resource>>. Acesso em: 03 out. 2020.

CLAD, D. **Una nueva gestión pública para América Latina**. Revista Mexicana de Ciências Políticas y Sociales, [S. l.], v. 44, n. 175, p. 5–20, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22201/fcpys.2448492xe.1999.175.49119>. Acesso em: 03 out. 2020.

CORNIA, G.A.; GOMEZ S. J.C.; MARTORANO, B. **New fiscal pact, tax policy changes and income inequality**: Latin America during the last decade (Working paper No. 2011/70, UNU-WiDER), 2011. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/unu/wpaper/wp-2011-070.html>>. Acesso em: 03 out. 2020.

DAUDE, C.; MELGUIZO, Á.; NEUT, A. **Fiscal Policy in Latin America: Countercyclical and Sustainable?** Economics: The Open-Access, Open-Assessment E-Journal, [S. l.], v. 5, n. 2011–14, p. 1, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.5018/economics-ejournal.ja.2011-14>>. Acesso em: 03 out. 2020.

DAY, R. H.; YANG, C. **Economic growth and the effects of fiscal policy**. *Metroeconomica*, [S. l.], v. 62, n. 1, p. 218–234, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1467-999X.2010.04108.x>>. Acesso em: 03 out. 2020.

DIDIER, T.; HEVIA, C.; SCHMUKLER, S. L. **How resilient and countercyclical were emerging economies during the global financial crisis?** Journal of International Money and Finance, [S. l.], v. 31, n. 8, p. 2052–2077, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jimonfin.2012.05.007>. Acesso em: 26 jun. 2020.

DUBE, A. **A Note on Debt, Growth and Causality**. 2013. Disponível em: <https://dl.dropboxusercontent.com/u/15038936/RR%20Timepath/Dube_Growth_Debt_Causation.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.

FERNÁNDEZ-ARIAS, E.; PÉREZ, J. E. **Grading Fiscal Policy in Latin America in the Last Decade**. 2014. IDB Policy Brief 216, Inter-American Development Bank. Disponível em: <<https://jorgeperezperez.com/research/2014-04-01-grading-fiscal-policy>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

FILC, G. SCARTASCINI, C., R. **Budgetary Institutions**. *Encyclopedia of Law and Economics*, [S. l.], n. January, p. 1–9, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-1-4614-7883-6_517-1. Acesso em: 26 jun. 2020.

FMI, FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **World Economic Outlook Database**. 2017. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/02/weodata/index.aspx>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

FRANKEL, J.; C. VÉGH; G. VULETIN. **On Graduation from Procyclicality**. NBER Working Paper No. 17619, 2011. Disponível em: <<https://www.nber.org/papers/w17619>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

GAVIN, M; HAUSMANN, R.; PEROTTI. **Managing Fiscal Policy in Latin America and the Caribbean**: Volatility, Procyclicality, and Limited Creditworthiness. SSRN Electronic

Journal, 1996. Disponível em: < <https://publications.iadb.org/en/publication/11943/managing-fiscal-policy-latin-america-and-caribbean-volatility-procyclicality-and>>. Acesso em: 04 out. 2020.

GEMMELL, N.; KNELLER, R.; SANZ, I. **The Timing and Persistence of Fiscal Policy Impacts on Growth: Evidence from OECD Countries.** *Economic Journal*, [S. l.], v. 121, n. 550, p. F33–F58, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0297.2010.02414.x>. Acesso em: 04 out. 2020.

GJERDE, K. P.; PRESCOTT, P.; RICE, J. **The impact of state fiscal policy on states' resilience entering the great recession.** *Journal of Regional Analysis and Policy*, [S. l.], v. 49, n. 1, p. 13–30, 2019. Disponível em: < <https://jrap.scholasticahq.com/article/7806-the-impact-of-state-fiscal-policy-on-states-resilience-entering-the-great-recession>>. Acesso em: 04 out. 2020.

GOBETTI, S. W.; ORAIR, R. O. **Resultado primário e contabilidade criativa: reconstruindo as estatísticas fiscais “acima da linha” do governo geral.** Brasília: IPEA, abr. 2017. (Texto para Discussão, n. 2191). Disponível em: < <https://bit.ly/2MnE3s5>> Acesso em: 26 jan. 2020.

GREGORIO, J. **Resilience in Latin America: Lessons from Macroeconomic Management and Financial Policies.** *IMF Working Papers*, [S. l.], v. 13, n. 259, p. 1, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.5089/9781475550214.001>>. Acesso em: 04 out. 2020.

HERNDON, T., ASH, M., POLLIN, R. **Does high public debt consistently stifle economic growth? A critique of Reinhart and Rogoff.** *Camb. J. Econ.* 38 (2), 257–279, 2013. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/uma/periwp/wp322.html#:~:text=Overall%2C%20the%20evidence%20we%20review,GDP%20consistently%20reduce%20GDP%20growth>>. Acesso em: 04 out. 2020.

HUDSON, R. **Resilient regions in an uncertain world: wishful thinking or practical reality,** *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 3(1), pp. 11–25, 2010. Disponível em: 10.1093/cjres/rsp026 Acesso em:04 out. 2020.

IRONS, J. **No crisis in confidence—Evidence shows U.S. creditors still think U.S. debt remains safest in world.** Issue Brief #276. Washington, D.C.: Economic Policy Institute, 2010. Disponível em: Acesso em: <https://www.epi.org/publication/ib276/> 04 Acesso em: out. 2020.

JUNGUITO, R.; RINCÓN, H. **La política fiscal en el siglo XX en Colombia.** J. Robinson and M. Urrutia, eds., *Economía Colombiana del Siglo XX: Un Análisis Cuantitativo*, Banco de la República el Fondo de Cultura Económica, 2007.

KLEMM, A. **Fiscal Policy in Latin America over the Cycle,** *IMF Working Paper WP/14/59*, 2014. Disponível em: <<https://cedla.org/wp-content/uploads/2014/08/wp1459-fiscal-policy-in-Latin-america-over-the-Cycle.pdf>> Acesso em: 04 out. 2020.

IRWIN P. L.; SANDRA L.; SCHNEIDER, G.; GAETH, J. **All Frames Are Not Created Equal: A Typology and Critical Analysis of Framing Effects,** *Organizational Behavior and*

Human Decision Processes, Volume 76, Issue 2, 1998, Pages 149-188, ISSN 0749-5978, Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0749597898928047>> Acesso em: 04 out. 2020.

LIEVESLEY, G.; LUDLAM, S. **Reclaiming Latin America**: experiments in radical social democracy, 2009. London: Zed.

LOPES, D.; FARIA, C.A.P.; SANTOS, M. **Foreign Policy Analysis in Latin American democracies**: the case for a research protocol. Revista Brasileira de Política Internacional [online]. 2016, v. 59, n. 01 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7329201600106>>. Acesso em 26 Mai

LÓPEZ-CALVA, L. F., LUSTIG, N. **Declining Inequality in Latin America**: A Decade of Progress? Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2010. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.7864/j.ctt6wpdkq>> Acesso em May 27, 2021.

MARTIN H. **Genetic interactions of yeast stress response MAPK pathways**. Mol Syst Biol 11(4):800, 2015. Disponível em:<<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4422557/>> Acesso em: 04 out. 2020.

MARTORANO, B. **Cyclicalidad of Fiscal Policy in Latin America over the period 1990 - 2015**. Review of Development Economics, v. 22, n. 1, p. 67–90, 2018. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/rode.12329>>. Acesso em: 04 out. 2020.

MÉNDEZ, J.E.; O'DONNELL, G.; PINHEIRO, P.S. **Democracia, violência e injustiça**: o não-estado de direito na América Latina. [S.l: s.n.], 2000.

MINEA, A., PARENT, A. **Is High Public Debt Always Harmful to Economic Growth? Reinhart and Rogoff and some complex nonlinearities**, CERDI Working Papers 201218, 2012. Acesso em: 04 out. 2020. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/cdi/wpaper/1355.html>

NAWAZ, S.; IDREES KHAWAJA, M. **Fiscal Policy, Institutions And Growth**: New Insights. Singapore Economic Review, [S. l.], v. 64, n. 5, p. 1251–1278, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1142/S0217590816500296>. Acesso em: 04 out. 2020.

OCAMPO, J.A. Global Economic Prospects and the Developing World. Global Policy, 2: 10-19 2011. <https://doi.org/10.1111/j.1758-5899.2010.00070.x>

Ocampo, J. A. **Una Evaluación de la Situación Fiscal Colombiana**" Fedesarrollo. Coyuntura Económica. 27, 2, junio. Bogotá. 1997.

OWYANG, M. T.; RAPACH, D. E.; WALL, H. J. **States and the business cycle**. Journal of Urban Economics, [S. l.], v. 65, n. 2, p. 181–194, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jue.2008.11.001>>. Acesso em: 04 out. 2020.

PANIZZA, U.; PRESBITERO, A. F. **Public debt and economic growth**: Is there a causal effect? Journal of Macroeconomics, [S. l.], v. 41, p. 21–41, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jmacro.2014.03.009>>. Acesso em: 04 out. 2020.

PERRINGS, C. **Resilience in the dynamics of economy-environment systems.** *Environmental and Resource Economics*, [S. l.], v. 11, n. 3–4, p. 503–520, 1998. Disponível em: <<https://doi.org/10.1023/A:1008255614276>>. Acesso em: 04 out. 2020.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico.** Tradução de Angelina Peralva – Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977

REINHART, C.M; ROGOFF, K.S. **This Time is Different: Eight Centuries of Financial Folly.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 2009. Acesso em: 04 out. 2020.

RESTREPO, J. E.; RINCÓN, H. R. **Identifying Fiscal Policy Shocks in Chile and Colombia.** *SSRN Electronic Journal*, [S. l.], n. June, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/ssrn.2005164>. Acesso em: 04 out. 2020.

ROMER, C. D. **Fiscal Policy in the Crisis: Lessons and Policy Implications.** *International Monetary Fund Fiscal Forum*, 2012. Acesso em: 04 out. 2020. Disponível em: <https://eml.berkeley.edu/~cromer/Lectures/Lessons%20for%20Fiscal%20Policy.pdf>

SIMMIE, J.; MARTIN, R. **The economic resilience of regions: Towards an evolutionary approach.** *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 27–43, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/cjres/rsp029>>. Acesso em: 04 out. 2020.

TAYLOR, L. **Fiscal deficits, economic growth and government debt in the USA.** *Cambridge Journal of Economics*, vol. 36, No. 1, Oxford, Oxford University Press, January, 2012. Disponível em: Acesso em: 04 out. 2020. no encontrei 2012, apenas 1997 no texto, ali tem que listar os demais

TOCKMAN, J. **The Hegemony of Representation: Democracy and Indigenous Self-Government in Bolivia.** *Journal of Politics in Latin America* 9, no. 2 (August 2017): 121–38 Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1866802X1700900205>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

VEGH, C.; VULETIN, G. **The Road to Redemption: Policy Response to Crises in Latin America.** Cambridge, MA: [s. n.], 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.3386/w20675>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

VLADKOVA-HOLLAR, I; ZET- TELMEYER, J, **Fiscal Positions in Latin America: Have They Really Improved?** IMF Working paper WP/08/137. 2008. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2008/wp08137.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

NIEMEYER L.M. de; COSTA M.P. **O Nafta e As Assimetrias: O Caso Do México, PC-SP e FACAMP,** 2012

OSTOS, M. P.; VILLA, R.D. **As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança.** *Rev. Bras. Polít. Int.* 48 (2): 86-110, 2005.

REISEN, H. **The Brady Plan and adjustment incentives,** *Intereconomics*, ISSN 0020-5346, Verlag Weltarchiv, Hamburg, Vol. 26, Iss. 2, pp. 69-73, 1991. <http://dx.doi.org/10.1007/BF02929539>

ANEXO A – Metodologia de Cálculo das Estatísticas Fiscais

- **Produto interno bruto (PIB) total anual a preços constantes em dólares**

- Definição:** Produto Interno Bruto (PIB) em valores / volumes constantes é o valor do fluxo de bens e serviços produzidos em um país a preços de mercado para um ano base, neste caso 2010, o que permite isolar as variações causadas pelos preços. Os números são expressos em dólares dos Estados Unidos, usando a taxa de câmbio oficial da CEPAL para 2010.
- Metodologia de cálculo:** A metodologia adotada para a elaboração das contas nacionais da região a preços constantes de 2010 consiste em retroplar e extrapolar os valores correntes de 2010 com os respectivos índices de volume dos componentes do PIB, obtidos a partir das séries oficiais em suas moedas nacionais aplicadas ao total e para cada uma das principais divisões do ISIC. Isso produz uma discrepância que é explicitamente declarada na tabela correspondente.

- **Classificação por Função de Governo**

- Definição:** Apresenta as estatísticas de despesas dos governos centrais, seguindo a Classificação por Função de Governo (COFOG - Classification of Functions of Government) da OCDE/ONU. A COFOG é uma classificação detalhada das funções de governo ou objetivos socioeconômicos, como saúde, educação, proteção social e defesa.

- **Saldo da Dívida Pública em % do PIB**

- Definição:** A dívida pública é composta por todos os passivos que requeiram o pagamento de juros e ou principal por um devedor a um credor em data ou datas futuras.

- Metodologia de cálculo:** As informações apresentadas referem-se aos saldos da dívida pública bruta dos governos centrais dos países latino-americanos. Os dados são expressos em porcentagens do produto interno bruto. São utilizadas a taxa de câmbio de 31 de dezembro de cada ano (publicada nas "Estatísticas Financeiras Internacionais" do Fundo Monetário Internacional) e o Produto Interno Bruto a preços correntes e na moeda local de cada país. A informação, quando

disponível, é desagregada para as seguintes coberturas institucionais do setor público: - Governo central; - Setor público não financeiro; - Setor público; - Governos subnacionais

iii) **Classificação da Dívida:** Dívida pública total (classificação por residência), dívida interna, dívida externa, dívida líquida e dívida bruta.

iv) **Cobertura Institucional:** Governo Geral, Governo Central, Governos Intermediários, Governos Locais

- **Operações do governo (classificação econômica), em percentuais do PIB**

- i. **Definição:** A demonstração do resultado do governo apresenta os detalhes das transações em receitas, despesas e financiamentos.
- ii. **Metodologia de cálculo:** A classificação das operações do governo de acordo com suas características econômicas indica os tipos de transações por meio das quais o governo cumpre suas funções e seus efeitos na economia (tanto na economia real quanto nos mercados financeiros) e na distribuição de renda. A classificação das operações do governo apresentada aqui vem da versão de 1986 do Manual de Finanças Públicas do Fundo Monetário Internacional. As operações do governo são apresentadas da seguinte forma: I. Receitas totais e doações 1. Receitas correntes: a. Receitas fiscais: definidas como contribuições obrigatórias, não cambiais e não recuperáveis impostas pelo governo para fins públicos. Incluídas nesta categoria estão as contribuições para a previdência social (pagamentos obrigatórios feitos pelo segurado, ou seus empregadores, a instituições governamentais que fornecem benefícios de previdência social). b. Receitas não tributárias: incluem os recebimentos com contrapartidas de rendimentos de imóveis, taxas e direitos administrativos, vendas não industriais e ocasionais e as sobras de caixa com o funcionamento das coligadas; e algumas entradas de não troca, como multas, cobranças de não conformidade e doações privadas comuns. 2. Renda de capital: inclui a receita de vendas de ativos de capital e transferências de capital de fontes não governamentais. 3. Doações externas: as doações são contribuições governamentais não trocáveis, não

recuperáveis e não obrigatórias de outros governos ou instituições internacionais.

II. A Despesa Total e a Despesa Líquida do Empréstimo incluem todos os pagamentos governamentais não recuperáveis, seja em troca ou sem contraprestação e para fins correntes ou de capital. A despesa exclui os pagamentos de amortização do governo, ou seja, pagamentos para amortizar a dívida do governo que são classificados como financiamentos.

1. Despesas correntes: Ordenados e salários: esta categoria inclui pagamentos em dinheiro a empregados em troca de serviços prestados e contribuições do governo na qualidade de empregador. b. Compras de bens e serviços: esta categoria inclui todos os bens e serviços comprados no mercado. c. Pagamentos de juros: os juros são definidos como o pagamento pelo uso de dinheiro emprestado. Eles diferem da amortização que é classificada como financiamento. d. Subsídios e transferências correntes: esta categoria inclui todos os pagamentos não reembolsáveis do governo não cambiais para fins correntes. e. Outras despesas correntes: esta categoria inclui todos os tipos de despesas não classificáveis nas outras categorias. 2. Despesas de capital. para. Aquisição de capital físico: esta categoria cobre os pagamentos para comprar bens duráveis novos ou existentes no mercado, ou para produzi-los no âmbito do governo, para uso para fins produtivos não militares. b. Transferências de capital: esta categoria inclui os pagamentos não cambiais que não geram nem liquidam créditos financeiros, para que os destinatários possam adquirir bens de capital. c. Outras despesas de capital: esta categoria inclui todos os tipos de despesas de capital não classificáveis nas outras categorias. 3. Concessão de empréstimos menos recuperações: inclui as transações do governo em instrumentos de crédito contra terceiros. Essas operações são realizadas para fins de política, e não para fins de gestão de liquidez ou rentabilidade. III. Resultado primário: corresponde ao resultado da receita total e subvenções menos despesas primárias (despesa total e empréstimo líquido não incluindo pagamento de juros da dívida). 4. Resultado geral: corresponde ao resultado das receitas e doações totais menos despesas

totais e empréstimo líquido. V. Financiamento. A classificação das operações de financiamento visa indicar as fontes de recursos obtidos para financiar um déficit governamental ou a utilização de recursos disponíveis de um superávit, a fim de medir o efeito das operações de financiamento do governo sobre a economia. 1. Financiamento interno: esta categoria inclui todas as transações de financiamento do governo com pessoas físicas, empresas, governos e outras entidades residentes. 2. Financiamento externo: esta categoria inclui todas as operações de financiamento do governo com indivíduos, empresas, governos e outras entidades não residentes. 3. Outros financiamentos.

- **Receita tributária por tipo de imposto em porcentagens do PIB**

- i. **Definição:** As receitas fiscais são pagamentos obrigatórios ao governo por outros agentes econômicos. Os impostos são classificados de acordo com os tipos de atividade que tributam, podendo distinguir entre receitas de impostos diretos e indiretos.
- ii. **Metodologia de cálculo:** Quociente entre o valor da receita tributária em um ano (expresso em moeda local a preços correntes) e o Produto Interno Bruto do mesmo ano (também expresso em moeda local a preços correntes). O resultado é multiplicado por 100. A metodologia do Fundo Monetário Internacional é usada. As receitas fiscais são pagamentos obrigatórios ao governo e constituem sua fonte de receita mais importante, portanto, devem ser indicadas separadamente das demais fontes. Os impostos são classificados de acordo com os tipos de atividade que tributam, podendo distinguir-se entre: 1. Receitas de impostos diretos: 1.1. Impostos sobre o rendimento, lucros e ganhos de capital. 1.2. Impostos sobre a propriedade. 1.3. Outros impostos diretos. 2. Receitas de impostos indiretos: 2.1. Impostos gerais sobre bens e serviços. 2.2. Impostos específicos sobre bens e serviços. 2.3. Impostos sobre o comércio e transações internacionais. 2.4. Outros impostos indiretos. 3. Outros impostos. 4. Contribuições para a Previdência Social. Os impostos sobre o rendimento, lucros e ganhos de capital aplicam-se a: (i) ordenados, salários, gorjetas, honorários, comissões, benefícios indiretos e outras remunerações por serviços laborais; (ii) juros, dividendos, arrendamento de bens públicos naturais e

receita de royalties; (iii) ganhos e perdas de capital, incluindo distribuições de ganhos de capital de fundos mútuos; (iv) lucros de empresas, sociedades, proprietários individuais, propriedades e fundos fiduciários; (v) a parte tributável da segurança social, pensões de rendas, seguros de vida e outras distribuições da conta de aposentadoria e, (vi) outros itens diversos relativos ao rendimento. Dentro dos impostos sobre a renda, lucros e ganhos de capital, geralmente é feita uma distinção entre aqueles pagáveis por pessoas físicas e por empresas e outras empresas. Se não houver informações suficientes disponíveis para determinar se os impostos pertencem a uma categoria ou outra, eles são tratados como não classificáveis. Os impostos sobre a propriedade aplicam-se ao uso, propriedade ou transferência de riqueza e são divididos em seis categorias: impostos recorrentes sobre bens imóveis; impostos recorrentes sobre a riqueza líquida; impostos sobre heranças, heranças e doações; impostos sobre transações financeiras e de capital; outros impostos sobre propriedades não recorrentes e outros impostos sobre propriedades recorrentes. Os impostos sobre bens e serviços, por outro lado, distinguem entre impostos sobre o valor adicionado, impostos gerais sobre vendas, impostos especiais de consumo, impostos sobre a permissão para usar bens ou realizar certas atividades e impostos sobre a extração, processamento ou produção de minerais e outros produtos. Os direitos aduaneiros e outros direitos de importação, bem como os impostos sobre as exportações, estão incluídos na categoria dos impostos sobre o comércio e transações internacionais, que também inclui os lucros e os impostos sobre as operações de câmbio. Outros impostos: esta rubrica inclui os impostos predominantemente aplicados sobre base ou bases diferentes das descritas nas categorias fiscais anteriores. Também está incluída a receita de impostos não identificados e multas pecuniárias cobradas por atraso no pagamento ou não pagamento de impostos, mas não identificáveis por categoria de imposto. Este item também inclui impostos sobre pessoas físicas que não são baseados na receita ou receita presumida que às vezes são chamados de *poll tax*. Inclui também o imposto de selo que não corresponde exclusiva ou predominantemente a uma única classe de transações ou atividades incluídas em outros impostos. As contribuições sociais são receitas provenientes dos

empregadores, por conta dos seus empregados, ou dos empregados, autônomos ou não empregados, que garantem o direito a benefícios sociais aos contribuintes, seus dependentes ou sobreviventes. Essas contribuições podem ser obrigatórias ou voluntárias e são classificadas em contribuições para a previdência social e outras contribuições sociais, dependendo do tipo de sistema que as recebe. A classificação utilizada é muito semelhante à utilizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) na sua publicação "Estatísticas de Receitas". As duas principais diferenças são que as contribuições obrigatórias para a segurança social são tratadas como impostos nas Estatísticas da Receita e que os impostos sobre bens e serviços e os impostos sobre o comércio e transações internacionais são incluídos apenas numa categoria.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br